RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Relatorio.indd 1 09/04/2019 14:30:29

COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Relatorio.indd 2 09/04/2019 14:30:32

Estrutura Organizacional

PRESIDENTE
Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Júnior
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Felipe Macedo de Holanda
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henri Wolf Bejzman
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Pedro Andrade de Oliveira
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Clovis Benoni Meurer
Evaldo Silva
Henrique Jorge Medeiros Marinho
João Bosco Ferraz de Oliveira
Luiz Antonio Rubin
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Maurílio Procópio Gomes
Paulo Roberto Polli Lobo
Paulo Salvatore Ponzini
Ricardo Valério Costa Menezes
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
Sebastião Demuner
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

CORPO FUNCIONAL

Superintendente em exercício
Aline Tales Ferreira

Assessoria da Presidência
Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho (Assessores); Mayara Maria de Oliveira Sousa e Thaís Marques Lacerda (Estagiárias).

Procuradoria Jurídica
Fábio Ronan Miranda Alves (Procurador-Chefe); Paulo Roberto Samuel Alves Júnior (Assessor); Jhéssica de Morais Ferreira e Amauri Godio Cardoso (Estagiários).

Contabilidade
Antonio Tolentino (Contador); José Luiz Pereira Barboza (Técnico em Contabilidade).

Comunicação
Manoel José Castanho (Jornalista); Júlio Cesar Poloni de Góes e Natália Lepsch Kenupp Batista (Assessores).

Economista
Maria Aparecida Carneiro

Tecnologia da Informação
Alexandre Café Rodrigues (Assessor); Danyel Willian Santos Teófilo (Técnico de Informática); Bianca Alves Nogueira (Estagiária).

Apoio Administrativo
Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Girotto e Lilian de Souza Barbosa (Assistentes Administrativos).

Licitação e Departamento de Pessoal
Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa (Assistentes Administrativos).

Serviços Administrativos
Edna Barroso Machado (Serviços Administrativos); Bruna Lopes, Oliver Sousa Alves e Sindy Cavalcante Batista (Estagiários).

Índice

1. AÇÕES DO SISTEMA COFECON/CORECONS
1.1 Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social 06
1.2 Seminário com assessores econômicos dos presidenciáveis 06
1.3 Atualização da Legislação Profissional 07
1.4 Comissões de Trabalho 07
1.5 Grupos de Trabalho 10
1.6 Sessões Plenárias 13
1.7 Realização de Eleições Eletrônicas 16
1.8 Auxílios e Doações a Conselhos 17

2. AÇÕES INTERNAS
2.1 Procuradoria Jurídica 18
2.2 Atendimento aos Regionais 19
2.3 Processamento de Informações 19
2.4 Compras e Licitações 20
2.5 Informações Econômico-Financeiras 21

3. O SISTEMA E A MÍDIA
3.1 Assessoria de Imprensa 22
3.2 Inserção do Cofecon na Mídia 22
3.3 Revista Economistas 23
3.4 Campanha do Dia do Economista 24
3.5 Desafio Quero Ser Economista 24
3.6 Informativo AEALC 24

4. EVENTOS
4.1 Internacionais 25
4.2 Nacionais 25
4.3 Regionais 27

5. AUDIÊNCIAS
5.1 Audiências Institucionais 28
5.2 Audiências Públicas 29

6. PARTICIPAÇÕES
6.1 Congressos 30
6.2 Seminários, Palestras e Debates 30

7. NOTAS OFICIAIS
7.1 Em 2018, retomar o crescimento econômico com inclusão e proteção social: o Brasil não é o mercado financeiro 32
7.2 Cofecon lamenta assassinato da Vereadora Marielle Franco e exige apuração dos fatos 32
7.3 Questão fiscal e financiamento do desenvolvimento 33
7.4 Carta aberta do Cofecon aos brasileiros 33
7.5 O papel do Estado no desenvolvimento e a situação econômica, social e política no Brasil 34
7.6 Nota do Cofecon sobre a greve dos caminhoneiros 35
7.7 Taxa básica de juros – condições para mantê-la em níveis adequados 36
7.8 Carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República 36
7.9 Nota do Presidente do Cofecon sobre as declarações do presidente eleito referentes ao IBGE 38
7.10 Presidente do Cofecon repudia afirmação de Jair Bolsonaro de que “Quem ferrou o Brasil foram os economistas” 38

Mensagem da Presidência

Prezadas e Prezados Economistas,

Temos a honra de encaminhar o Relatório da Gestão 2018 do Conselho Federal de Economia. Ele reúne informações, não sobre todas, mas acerca das mais importantes ações executadas durante o ano ou, em alguns casos, ainda em fase de execução, e constitui prestação de contas aos Economistas e à sociedade acerca da utilização que foi feita, no ano, de parcela do dinheiro pago pelas pessoas físicas e jurídicas registradas nos Conselhos Regionais de Economia em função de exercerem atividades que são prerrogativas dos profissionais economistas, por força de lei.

No que diz respeito à defesa das prerrogativas profissionais dos Economistas tentamos, na companhia dos Presidentes dos Corecons do Pará-Amapá e do Amazonas, instar, por via negocial, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia a respeitarem nossa profissão no que diz respeito à responsabilidade pela assinatura dos projetos técnico-econômicos e avaliações de viabilidade econômico-financeira, referentes aos projetos submetidos àquelas Instituições. No caso do BASA, em função da fase negocial não ter surtido efeito, impetramos a competente ação judicial.

Como uma das iniciativas voltadas à interlocução direta com a sociedade, a fim de difundir propostas alternativas de Política Econômica, coordenamos as reuniões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Como produtos concretos apontamos a proposta de reforma tributária objeto do livro "A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas" organizado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidades participantes do Fórum, contemplando o primeiro eixo da Campanha, e a realização do Seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação, referente ao segundo eixo.

Outra forma de interagir com a sociedade foi a publicação de uma dezena de notas oficiais, que se encontram no final do relatório. Além disto, foram concedidas centenas de entrevistas a emissoras de TV; rádio, jornais, revistas e publicações de várias instituições. Todas com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade propostas alternativas de Política Econômica.

Bem, como resumo, isto basta.

Boa leitura!

Wellington Leonardo da Silva
PRESIDENTE

Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
VICE-PRESIDENTE

1. AÇÕES DO SISTEMA COFECON/CORECONS

1.1 FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, coordenado pelo Cofecon, reúne um conjunto de entidades que promovem a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, movimento que se estrutura em cinco eixos temáticos que reivindicam uma sociedade mais justa, equilibrada, próspera e menos desigual. Os cinco eixos são: mudar o modelo tributário brasileiro; preservar e ampliar os direitos sociais; preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e da educação; reforçar a função social do Estado; ampliar a democracia e a participação social.

Em 25 de abril, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidades participantes do Fórum, lançaram o manifesto "Reforma Tributária Solidária, Menos Desigualdade, Mais Brasil", na Câmara dos Deputados, que contempla o primeiro eixo da Campanha: Mudar o Modelo Tributário – Reduzir a tributação sobre o consumo e a produção e aumentar sobre a renda e a riqueza. A ANFIP e a Fenafisco também lançaram o livro "A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas" durante seminário internacional sobre tributação realizado de 4 a 6 de junho de 2018 na cidade de São Paulo.

No segundo semestre do ano, em 14 de dezembro de 2018, o Fórum realizou em Brasília o seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação, para discutir o segundo eixo da Campanha. O evento teve lugar no auditório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) e contou com tradução em libras, promovendo a acessibilidade das discussões. O Cofecon realizou uma transmissão ao vivo em sua página no Facebook e o vídeo está disponível na íntegra.

O Seminário contou com duas mesas temáticas. A primeira mesa tratou do tema "Reestruturação do Sistema de Proteção Social". O economista Guilherme Delgado, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apresentou o tema "Financiamento e Seguridade"; o doutor em Economia Milko Matijascic apresentou "Previdência e Assistência Social"; e Carlo Zanetti, graduado em odontologia e doutor pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz, tratou da questão "Saúde", traçando um paralelo entre o desenvolvimento dos sistemas de bem-estar no Brasil e no mundo.

A segunda mesa debateu "Reestruturação do Sistema de Educação Pública". Coordenada pela conselheira Regina Pedroza, do Conselho Federal de Psicologia, contou com exposições sobre os subtemas Financiamento público da Educação; Garantia de pluralismo e liberdade no sistema; e Educação e Cultura Popular. A pesquisadora Natália Duarte, da Universidade de Brasília, apresentou dados dos investimentos em educação, mostrando que apesar do crescimento havido nos últimos anos, o orçamento ainda é insuficiente para atender às necessidades do Brasil. O psicólogo Paulo Maldos, conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, ex-Secretário Nacional de Articulação Social e ex-Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (ambos na Secretaria Geral da Presidência da República), falou sobre a garantia de pluralismo e liberdade no sistema educacional. Já a pesquisadora Maria Luiza Pereira, mestre em Educação pela Universidade de Brasília, falou sobre educação e cultura popular.

Ao longo de 2018 o Fórum realizou oito reuniões para discutir estratégias de atuação, conjuntura econômica e pronunciamentos relacionados aos eixos temáticos da Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Os encontros ocorreram na sede do Cofecon, em Brasília, nas seguintes datas: 25/04; 24/05, 05/07, 26/07, 10/08/2018; 11/10/2018; 09/11/2018; 21/12/2018.

1.2 SEMINÁRIO COM ASSESSORES ECONÔMICOS DOS PRESIDENCIÁVEIS

No dia 25 de julho o Conselho Federal de Economia promoveu, em parceria com o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), um debate com assessores econômicos dos presidenciáveis. O evento foi realizado no dia 25 de julho, no auditório do Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília (UnB). O seminário teve lugar durante o 44º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco), também no campus da UnB, e contou com uma massiva participação de universitários.

Todas as legendas foram convidadas a participar das discussões e os assessores tiveram o mesmo tempo para exposição de suas ideias. Estiveram presentes: a assessora Luciana Acioly, representando o pré-candidato Aldo Rebelo (SD); o assessor Nilson Araújo, representando o pré-candidato João Vicente Goulart (PPL); o assessor Pedro Garrido, representando a pré-candidata Manuela D'Ávila (PCdoB); o assessor Christian Lohbauer, representando o pré-candidato João Amôedo (Novo); o assessor Guilherme Mello, representando o pré-candidato Lula (PT); o assessor José Márcio Camargo, representando o pré-candidato Henrique Meirelles (MDB); o assessor Marco Antonio Rocha, representando o pré-candidato Guilherme Boulos (PSOL); e o assessor Mauro

Relatorio.indd 6 09/04/2019 14:30:33

Benevides, representando o pré-candidato Ciro Gomes (PDT).

Como forma de alertar os assessores para a importância de discutirem uma reforma do modelo tributário brasileiro, cada um deles recebeu uma cópia do trabalho "Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas", coordenado pelo professor Eduardo Fagnani (Unicamp) e produzido pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco (Fenafisco), tendo como ponto de partida as discussões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, iniciativa coordenada pelo Cofecon. O livro contou com a colaboração de 42 especialistas e parte do pressuposto que a regressividade do sistema tributário brasileiro é um dos fatores responsáveis pela desigualdade social no País.

Em sua fala de abertura, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, apontou que o Brasil tem todas as condições para ser uma potência. "Temos território, população, recursos naturais, mercado interno e a falta de disputas regionais. Mas voltarmos a estar a reboque do que há de pior no mundo. O cenário político atual está dissociado da construção de um país mais igualitário". Mário Sérgio Sallorenzo, presidente do Corecon-DF, saudou a integração com os estudantes afirmando que a esperança de construir um mundo melhor está nas mãos dos jovens. Ressaltou também a importância da discussão de ideias no período eleitoral. "Seria muito interessante que um dia nós deixássemos de votar em pessoas para votarmos em ideias, na certeza de que essas ideias serão efetivamente defendidas por pessoas corretas, adequadas em todo sentido", observou o presidente do Corecon-DF. Já o estudante Jonas Gouveia de Azevedo Maia, diretor acadêmico do Eneco, destacou o evento como uma grande oportunidade para os estudantes discutirem política econômica de forma profunda.

1.3 ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

A atualização da legislação profissional do economista é uma questão prioritária para o Cofecon e para os Economistas brasileiros. A tramitação do Projeto de Lei do Senado 658/2007 não tem sido fácil porque, inicialmente, houve divergências com profissionais de outros campos que possuem algumas atividades em comum com os economistas – como é o caso dos contadores e administradores – também mpenhados em atualizar suas legislações. O projeto tramitava na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Mas em reunião extraordinária realizada no dia 07 de fevereiro, a Comissão aprovou o requerimento 143/2017, da senadora Ana Amélia (PP/RS), para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manifeste-se "acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais". Segundo a senadora, das 120 propostas que tramitavam na CAS, 99 eram projetos que tratavam, de alguma forma, do exercício profissional. A aprovação do requerimento suspendeu a tramitação dos projetos que diziam respeito ao exercício profissional. Em dezembro, a matéria foi declarada prejudicada na CCJ e enviada para arquivo. O PLS 658/07, por sua vez, também foi enviado ao arquivo porque sua tramitação não foi concluída até o final das duas últimas legislaturas. O Cofecon trabalhará para desarquivá-lo em 2019.

O Cofecon, ao mesmo tempo, continuou trabalhando junto ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Conselho Federal de Administração a fim de solucionar aspectos divergentes de cada projeto de lei e logrou, neste exercício, superar os conflitos com o Conselho Federal de Contabilidade, assim como já havia sido feito, em passado recente, em relação ao CFA.

1.4 COMISSÕES DE TRABALHO

1.4.1 COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa (Presidente), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Suplentes: Antonio Melki Jr., Arthur Nemrod Menezes Guimarães e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Descrição	Quantidade
Balancetes trimestrais	84
Prestação de Contas Anual	25
Propostas Orçamentárias	25
Reformulações Orçamentárias	14
Prestações de Contas de Auxílio Financeiro	12
Total	160

Relatorio.indd 7 09/04/2019 14:30:33

Atividades: Foram trabalhados em 2018 os processos contábeis listados na tabela que se encontra na página anterior.

1.4.2 COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993.

Componentes: Efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente), Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa. Suplentes: Júlio Miragaya e Alexandré Café Rodrigues. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa.

Atividades: Os processos licitatórios trabalhados em 2018 estão no item 2.4 deste Relatório.

1.4.3 COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos Economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas; estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Componentes: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Antonio Melki Jr., Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Róridan Penido Duarte, Waldir Pereira Gomes, Wellington Leonardo da Silva, Eliane Cristina de Araújo Sbardellati e Roberto Bocaccio Piscitelli. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro, Júlio César Poloni de Góes e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Atividades: A Comissão ampliou a participação do Cofecon no debate nacional por meio da divulgação de notas ofciais, elaboradas a partir dos debates realizados durante as Sessões Plenárias. As notas estão no capítulo 7 deste Relatório. Os debates de conjuntura econômica tiveram os seguintes temas e debatedores:

Data	Assunto
23/03	"A questão fiscal e o financiamento do desenvolvimento brasileiro", com os economistas Arthur Koblitz e Nelson Marconi.
25/05	"O papel do Estado no desenvolvimento", com os economistas Caetano Penna e João Sicsú.
27/07	"Juros – Condições efetivas para reduzi-los no Brasil", com os economistas André Perfeito e Dércio Munhoz

1.4.4 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia; Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio; Articular e participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Henri Wolf Bejzman, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo de Tarso Alves Guilhon, Ricardo Silveira da Paixão, Simone Magalhães e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Júlio César Poloni de Góes.

Atividades: O XXIII Prêmio Brasil de Economia reconheceu o trabalho técnico dos economistas em cinco categorias: monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico/científco e livro de economia. Ao todo, foram distribuídos R$ 26 mil em prêmios. A solenidade de entrega aconteceu na noite de 19 de setembro, durante o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Porto Velho.

Nos dias 20 e 21 de setembro foi realizada, também na capital rondoniense, a VIII Gincana Nacional de Economia, que contou com a participação de 24 duplas de estudantes de 13 estados. Durante dois dias elas se enfrentaram em um jogo eletrônico que simula decisões macroeconômicas e testa conhecimentos de economia. Ao todo foram distribuídos R$ 7,2 mil em prêmios. O primeiro lugar coube às amazonenses Fernanda Almeida de Sousa e Giovanna de Almeida Gonçalves, da Universidade do Estado do Amazonas.

De 29 de outubro a 29 de novembro foi realizada na internet a terceira edição do Desafio Quero Ser Economista, uma iniciativa que teve o objetivo de introduzir conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento de alunos do Ensino Médio, a fim de esclarecer a profissão de economista e a atuação desses profissionais no mercado de trabalho. Mais de 700 estudantes participaram do jogo. Foram distribuídos R$ 3 mil em prêmios e o vencedor foi o catarinense Pedro Kurth.

1.4.5 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados; revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar a edição do Jornal e Revista do Cofecon.

Componentes: Waldir Pereira Gomes (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Jin Whan Oh e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Cas-

Relatorio.indd 8 09/04/2019 14:30:33

tanho e Natália Lepsch Kenupp Batista

Atividades: As atividades da Comissão de Comunicação estão detalhadas no capítulo 3 deste Relatório.

1.4.6 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, MODERNIZAÇÃO E QUALIDADE DA GESTÃO

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), André Luís Braga Rodrigues dos Santos, Jin Whan Oh e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Alexandre Café Rodrigues.

Atividades: As demandas trazidas pelos Conselhos Regionais de Economia durante as Sessões Plenárias Ampliadas, bem como seus respectivos encaminhamentos, encontram-se no item 1.6 deste Relatório.

1.4.7 COMISSÃO DE NORMAS, LEGISLAÇÃO E AÇÃO PARLAMENTAR

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon; revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista; acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.

Componentes: Antonio Melki Jr.(Coordenador), Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso Gomes, Róridan Penido Duarte e Wilson Roberto Villas Boas Antunes. Interfaces: Fábio Ronan Miranda Alves, Daniel Nunes de Oliveira e Jane Lopes da Silva.

Atividades: A Comissão abordou, em 2018, diversos temas que dizem respeito à legislação e às normas que regem a categoria dos economistas. Sofreram modificações pontuais os normativos que dizem respeito a concessão de auxílios financeiros, suspensão de mandatos de conselheiros, débitos ou restituições a economistas com registro cancelado, suspensão do registro de pessoa jurídica e procedimentos eleitorais. Também foram promovidas alterações nos regimentos internos do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia e do Congresso Brasileiro de Economistas.

Entre as novas normas aprovadas em 2018, destaca-se a absorção de egressos de cursos com forte conteúdo de economia, que foi tema de um Grupo de Trabalho específico e resultou na Resolução 1.997.

O acompanhamento do Projeto de Lei 658/2007, que atualiza a legislação profissional do Economista, encontra-se no item 1.3 deste Relatório.

1.4.8 COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade-fim de registro e fiscalização.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva e Paulo Roberto Polli Lobo. Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira e Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: Em 2018, a Comissão analisou, ao todo, 98 processos, sendo: 21 sobre remissão de débitos; 69 que diziam respeito aos pedidos de cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas; três de fscalização de exercício ilegal da profissão; um de suspensão de registro profissional; e quatro pleiteando a inexigência de registro.

1.4.9 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional; promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento regional e ordenamento territorial; participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema do desenvolvimento regional.

Componentes: Felipe Macedo de Holanda (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, João Rogério Sanson, Júlio Miragaya, Nei Jorge Correia Cardim, Paulo de Tarso Alves Guilhon e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: A edição Nº 29 da revista Economistas trouxe como tema de capa a questão do desenvolvimento regional, com articulistas de todas as regiões do Brasil. O tema, inclusive, esteve no centro das discussões de conjuntura do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since).

Além disso, nos encontros regionais foram realizadas importantes discussões sobre o tema, o que permitiu um posicionamento firme sobre o agravamento recente das desigualdades no Brasil.

Relatorio.indd 9 09/04/2019 14:30:33

1.5 GRUPOS DE TRABALHO

1.5.1 COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Atribuições: Apoiar e estimular a elaboração de projeto capaz de ampliar o nível de participação dos Conselhos Regionais de Economia no plenário do Cofecon, desde que respeitados os princípios da democracia direta, da proporcionalidade e da viabilidade econômico-financeira, além da aprovação do Since.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antonio Melki Jr., Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Heric Santos Hossoé, Pedro Andrade de Oliveira e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: O assunto foi a votação no Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, tendo havido uma proposição para ampliar o número de conselheiros federais para 24 efetivos e 24 suplentes, e outra proposição para que o número atual de 18 conselheiros fosse mantido, sendo esta última vencedora por ampla maioria de votos.

1.5.2 VOTO ELETRÔNICO

Atribuições: Providenciar o desenvolvimento de sistema próprio de votação eletrônica, objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia.

Componentes: Antonio Melki Jr. (Coordenador), Jin Whan Oh e Paulo Brasil Corrêa de Mello. Interfaces: Alexandre Café Rodrigues e Ana Claudia Ramos Pinto.

Atividades: As informações sobre as eleições dos Conselhos Regionais de Economia, realizadas pelo Cofecon de forma eletrônica nos dias 30 e 31 de outubro, encontram-se no item 1.7 deste Relatório.

1.5.3 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA ECONOMISTAS

Atribuições: Realizar estudos visando a apresentação de um projeto de criação de Instituto de Previdência Complementar tendo como apêndice a viabilização de crédito para os economistas.

Componentes: Antonio Corrêa Lacerda (Coordenador interino), Jin Whan Oh e Paulo Roberto Paixão Bretas. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: Foi iniciado um levantamento com base em experiências na área de previdência complementar. Entretanto, a legislação atinente a este tema está mudando e é preciso aguardar os desdobramentos deste processo.

1.5.4 MULHER ECONOMISTA

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Celina Ramalho Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andrea Leite de Paula, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Simone Magalhães, Tânia Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Atividades: O GT Mulher Economista trabalhou em várias frentes. No âmbito interno, foram definidas coordenadoras regionais para o grupo de trabalho; e no principal evento da categoria no ano, o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), teve lugar mais uma edição do Fórum da Mulher Economista O sucesso foi tanto que o Fórum ganhou um lugar fixo nos grandes eventos do Sistema: o Since, nos anos pares, e o Congresso Brasileiro de Economistas, nos anos ímpares.

E no dia 06 de setembro a vice-presidente do Cofecon, Bianca Rodrigues, reuniu-se com a diretora adjunta de estudos e políticas sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), economista Enid Rocha para discutir a realização de uma pesquisa obre o perfil social e profissional da mulher economista.

1.5.5 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Felipe Macedo de Holanda, Fernando de Aquino Fonseca Neto e José Antonio Lutterbach Soares. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Alexandre Café Rodrigues.

Atividades: O banco de dados pode ser acessado na página do Cofecon na internet, no seguinte endereço: http://nes.cofecon.gov.br.

1.5.6 PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Atribuições: Realizar estudos visando a propo-

Relatorio.indd 10 09/04/2019 14:30:33

sição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, promovendo capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Componentes: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Luiz Antonio Rubin (Coordenador técnico da área de Mediação e Arbitragem), Tiago Jazynski (Coordenador técnico da área de Perícia Econômica-Financeira), José Marcos de Campos, Marcos Kruse, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Pedro Afonso Gomes, Ricardo Valério Menezes Costa, Sérgio Guimarães Hardy, Severino Ferreira da Silva, Simone Magalhães, Vanya Marcon e Vilma Guimarães. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira

Atividades: Foram realizados sete cursos, em duas modalidades: Perícia e Assistência Técnica Econômico-Financeira, de 80 horas, e Perícia Previdenciária Atuarial, de 20 horas. A primeira modalidade de curso foi realizada em Recife, Florianópolis, João Pessoa, Salvador e Porto Alegre, enquanto a segunda, em Curitiba e Recife, sempre após manifestação de interesse, com apoio e suporte do Corecon local.

Na primeira modalidade citada, foram abordadas perícias trabalhistas, de família, bancárias, empresariais e tributárias, além de serem alocadas 4 horas para a apresentação da Mediação e Arbitragem, a outra especialidade tratada pelo GTPM.

Voltados primordialmente para economistas e estudantes de Ciências Econômicas, que corresponderam a mais de 90% dos capacitados, esses cursos buscam fortalecer a presença da profissão nessa especialidade. Os recursos arrecadados com as inscrições têm gerado superávits, em algumas realizações, quase suficientes para cobrir os déficits nas outras, mantendo a sustentabilidade financeira, porém ainda demandando recursos do Cofecon ou dos Corecons.

A Perícia Econômico-Financeira é uma área de atuação do economista, em que assessora o juiz ou árbitro ou as partes em um litígio, realizando laudo pericial ou parecer técnico. O campo de atuação é amplo - incluindo avaliações patrimoniais, cálculo de liquidação de sentença trabalhista, revisões de cláusulas econômico-financeiras de contratos, indenizações, entre outros.

Após a realização dos cursos, o GTPM orienta os Corecons locais a instituírem núcleos estaduais, para interação dos peritos economistas, e gestões, no judiciário, câmaras de mediação e arbitragem e advogados, para divulgar a habilitação, legal e técnica, dos capacitados.

1.5.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Henri Wolf Bejzman, Terezinha de Jesus Ferreira da Silva e Thales de Souza Campos. Interfaces: Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira.

Atividades: Ao longo de 2018 o GT procurou expandir as atividades realizadas nos Conselhos Regionais de Economia, a fim de unificá-las e apresentá-las ao Plenário.

1.5.8 TRANSPARÊNCIA

Atribuições: Conduzir o processo de implantação, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.527/2011.

Componentes: Henri Wolf Bejzman (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto, Alexandre Café Rodrigues e Danyel Willian Santos Teófilo.

Atividades: Em 2018, o GT Transparência realizou um diagnóstico completo sobre a situação dos Conselhos Regionais no que se refere à transparência de seus atos institucionais, conforme as regulamentações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e os princípios da gestão pública. Na última Plenária do ano, o coordenador da Comissão, Henri Wolf Bejzman, solicitou uma nova fotografia para verificar a evolução dos Conselhos Regionais referente à Transparência de seus atos institucionais.

O trabalho de verificação do atendimento dos requisitos adequados de Transparência pelos Conselhos Regionais, realizado pela Comissão, inclui a elaboração de relatórios individuais que acompanham a evolução da situação de cada Corecon.

Os relatórios destacam os pontos que o respectivo Corecon precisa aperfeiçoar; analisa as informações publicadas no Portal da Transparência de cada Corecon e aponta informações que estão ausentes, insuficientes ou desatualizadas; indica melhorias e atualizações necessárias, tanto no tocante às informações quanto sobre a aparência e acessibilidade e organização do sítio eletrônico; apontam inadequações em relação às determinações da Lei nº 12.527/2011; entre outras sugestões pertinentes para que os Corecons possam realizar de maneira mais adequada a publicização de seus atos.

1.5.9 CORECON JOVEM/ACADÊMICO

Atribuições: Estudar e implementar programas e ações voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Conselho de Economia, bem como promover as atividades do Corecon junto aos estudantes e vice-versa.

Componentes: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Denise Kassama Franco do Amaral e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira e Júlio César Poloni de Góes.

Atividades: O GT encontra-se trabalhando numa proposta de regimento geral.

Relatorio.indd 11 09/04/2019 14:30:34

1.5.10 CONCURSO PÚBLICO DO SISTEMA COFECON/CORECONS

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador). Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: O processo para concurso público está sobrestado até que se tenha segurança jurídica adequada acerca do regime de contratação.

1.5.11 REDUÇÃO DE GASTOS DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Atribuições: Analisar e implementar ações para a redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.

Componentes: Nelson Pamplona da Rosa (Coordenador) e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza

Atividades: Os resultados financeiros do exercício de 2018 podem ser vistos no item 2.5 deste Relatório.

1.5.12 ARTICULAÇÕES COM O CFA

Atribuições: Realizar articulações com o CFA relativas ao andamento do PLS 658/2007.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador), Paulo Dantas da Costa e Róridan Penido Duarte. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: O andamento do PLS 658/2007 está relatado no item 1.3 deste Relatório.

1.5.13 ABSORÇÃO DE CURSOS COM FORTE CONTEÚDO DE ECONOMIA

Atribuições: Realizar estudos para a ampliação no quadro de registrados do Sistema Cofecon/Corecons, buscando absorver o registro de profissionais oriundos de outros cursos de bacharelado e tecnólogo com formação correlata ou presença de forte conteúdo de Economia.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Eduardo Rodrigues da Silva, Marcelo Pereira Fernandes, Tânia Marques e Waldir Pereira Gomes. Interface: Maria Aparecida Carneiro.

Atividades: A questão foi regulamentada por meio da resolução 1.997, aprovada na 687ª Sessão Plenária do Cofecon.

1.5.14 CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA ECONOMISTAS

Atribuições: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Componentes: Wellington Leonardo da Silva (coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama Franco do Amaral, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo José Monteiro da Costa, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Gilson de Lima Garófalo, José Luiz Pagnussat, Júlio Miragaya, Luiz Carlos Delorme Prado, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Júlio Cesar Poloni de Góes, Manoel José Castanho e Natália Lepsch Kenupp Batista.

Atividades: As informações sobre a revista Economistas estão no item 3.3 deste Relatório.

Relatorio.indd 12 09/04/2019 14:30:34

1.6 SESSÕES PLENÁRIAS

682ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.982, de 29 de janeiro de 2018
Dispõe sobre o Regulamento do XXIV Prêmio Brasil de Economia.

Resolução nº 1.983, de 29 de janeiro de 2018
Aprova o Regulamento da VIII Gincana Nacional de Economia - 2018.

Resolução nº 1.984, de 29 de janeiro de 2018
Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2018.

Resolução nº 1.985, de 29 de janeiro de 2018
Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon.

Deliberação nº 4.894, de 29 de janeiro de 2018
Homologar os processos administrativos apreciados na 682ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

683ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.986, de 26 de março de 2018
Aprova o Regulamento do III Desafio Quero ser Economista 2018.

Resolução nº 1.987, 26 de março de 2018
Revoga e inclui dispositivo do normativo relativo a promoção e apoio a eventos de interesse dos economistas, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.896, de 20 de julho de 2013.

Resolução nº 1.988, de 26 de março de 2018
Dispõe sobre a suspensão do mandato de Conselheiro no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.

Resolução nº 1.989, de 26 de março de 2018
Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.870, de 11 de maio de 2012.

Deliberação nº 4.895, de 26 de março de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 683ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.896, de 26 de março de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 683ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.897, de 26 de março de 2018
Homologa a Primeira Reformulação Orçamentária 2018 do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.898, de 26 de março de 2018
Delibera sobre a utilização do Plenário João Paulo de Almeida Magalhães.

684ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.990, de 28 de maio 2018
Inclui e altera dispositivos da Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que dispõe sobre o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon.

Resolução nº 1.991, de 28 de maio 2018
Altera e inclui dispositivos da Resolução nº 1.880, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre os Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia.

Resolução nº 1.992, de 28 de maio de 2018
Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2018, e dá outras providências.

Deliberação nº 4.899, 28 de maio de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 684ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.900, de 28 de maio de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 684ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

685ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.993, de 13 de julho de 2018
Prorroga o prazo de inscrições no XXIV Prêmio Brasil de Economia - PBE.

Resolução nº 1.994, de 30 de julho de 2018
Altera o Regimento do Congresso Brasileiro de Economia - CBE.

Deliberação nº 4.901, de 5 de julho de 2018
Reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

Deliberação nº 4.902, 30 de julho de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 685ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.903, de 30 de julho de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 685ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Relatorio.indd 13 09/04/2019 14:30:34

686ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.995, de 24 de setembro de 2018
Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Resolução nº 1.996, de 24 de setembro de 2018
Altera dispositivos do regramento relativo ao procedimento eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017.

Deliberação nº 4.904, de 11 de setembro de 2018
Homologa os resultados do XXIV Prêmio Brasil de Economia-2018.

Deliberação nº 4.905, de 24 de setembro de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 686ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

687ª SESSÃO PLENÁRIA

Resolução nº 1.997, de 03 de dezembro de 2018
Regulamenta o registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Economia dos egressos de cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia, e dá outras providências.

Resolução nº 1.998, de 14 de dezembro de 2018
Decreta a intervenção no Conselho Regional de Economia da 23ª Região – Corecon/AC e dá outras providências.

Deliberação nº 4.906, de 28 de novembro de 2018
Suspende a participação dos Delegados-Eleitores Corecon-AC na Assembleia convocada para o dia 30 de novembro de 2018 na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

Deliberação nº 4.907, de 29 de novembro de 2018.
Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2018, considerando as ressalvas e as condições constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon.

Deliberação nº 4.908, 3 de dezembro de 2018
Homologa processos contábeis apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.909, de 05 de dezembro de 2018
Não homologa o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 2ª Região, referente ao pleito de 2018, e determinar a realização de eleição complementar.

Deliberação nº 4.910, de 05 de dezembro de 2018
Não conhece e não dá provimento ao recurso apresentado ao Plenário do Conselho Federal de Economia, e homologa o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA/AP, referente ao pleito de 2018.

Deliberação nº 4.911, de 10 de dezembro de 2018
Homologa os processos administrativos apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.912 de 12 de dezembro de 2018
Não homologa o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 23ª Região – Corecon/AC, referente ao pleito de 2018 e não realiza eleição extraordinária.

Deliberação nº 4.913, de 12 de dezembro de 2018
Homologa os resultados do III Desafio Quero Ser Economista.

DEMANDAS DOS CORECONS NAS SESSÕES AMPLIADAS

Em 2017, foram realizadas duas sessões plenárias ampliadas, onde reuniram-se os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, sendo a primeira delas em janeiro e a outra em setembro. Os presidentes dos Corecons apresentaram uma série de demandas ao Conselho Federal de Economia. Registramos o tratamento dado a cada um dos pedidos recebidos.

ASSUNTO	STATUS
Isenção de pagamento de anuidades para empresas juniores - Corecon-RS.	Respondido no Ofício 680/2018.
Medidas para enfrentar precária situação financeira dos Corecons, decorrente da crise econômica nacional. Solicitado ao Cofecon um estudo que aponte soluções que permitam a sobrevivência financeira do sistema, que inclua, entre outros: - a proposta da agência de cobrança dos débitos em atraso; - ampliar para 6 (seis) o número de parcelas da anuidade. Os Corecons deverão ser ouvidos na elaboração desse estudo - Corecon-BA e Corecon-SE.	Encaminhado para o GT 1 - Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais de Economia

Relatorio.indd 14 09/04/2019 14:30:34

Realização de pesquisas e estudos sobre o mercado de trabalho do economistas. Criação de um GT para monitoramento do mercado de trabalho e apresentação de relatórios anuais sobre a profissão do economista - Corecon-BA.	Encaminhado para o GT 6 - Estatísticas Econômicas.
Realização de esforços junto ao Congresso Nacional, para votação e aprovação do Projeto de Lei de Regulamentação da Profissão de Economista. Deverá ser dada prioridade absoluta para a aprovação do PL em questão - Corecon-BA.	Encaminhado para o GT 14 - Articulações com o CFA
Revisar normativo interno para compatibilizar o tempo de mandato dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Corecons/Cofecon com o tempo de mandato dos conselheiros. Incluir no projeto de lei a compatibilização do tempo de mandado dos Presidentes e Vice-Presidentes do Sistema Cofecon/Corecons com o tempo do mandado de conselheiros - Corecon-BA.	Impossibilidade de inclusão no PLS. O Projeto só pode tratar das atividades profissionais desempenhadas pelos economistas. A definição acerca de questões relativas a mandatos e estrutura administrativa é prerrogativa do Poder Executivo.
Disponibilização do Programa Nacional de Recuperação de Créditos para 2018. Reeditar o programa nacional de recuperação de crédito para 2018, acrescido da possibilidade de desconto para pagamento integral, à vista, corrigido, com juros - Corecon-PA/AP, Corecon-MT, Corecon-MA.	O VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos ainda está em andamento e não haverá outro até a conclusão de sua última etapa.
Substituição dos Sistemas Siscaf, Siscont, Sipro – datas e custos. O Cofecon deve viabilizar novos sistemas de informática para substituir os da Implanta, e que os custos sejam repassados na forma de rateio tomando como base os ECVs. Os Corecons deverão ser ouvidos sobre o tema - Corecon-MG e Corecon-ES.	Os novos sistemas estão em processo de licitação.
Discussão e definição de cronograma para regulamentar a absorção de cursos com o conteúdo de Economia. Acelerar absorção de profissionais com cursos com o conteúdo de Economia permitindo o seu registro, em seus respectivos Corecons - Corecon-MG.	A resolução 1.997 foi aprovada na 687ª Sessão Plenária do Cofecon.
Criação de resolução aprovando descontos de 10% sobre os valores corrigidos e atualizados monetariamente das anuidades, em atraso, anteriores a 2018, para pagamento à vista - Corecon-MG. Os presidentes também solicitam o apoio do Cofecon, no sentido de que possam obter sede própria para reduzir custos e melhor estabelecer estratégias de trabalho nos respectivos estados - Corecon-MG.	Encaminhado para o GT 1 - Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais de Economia
Manual e Sistematização do Parecer Técnico para julgamento dos pedidos de cancelamento, suspensão de registro e alteração de status para ativo com desconto- Corecon-DF.	Encaminhado para Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.
Inserção do ensino de Economia no Ensino Médio. Formular e executar um Plano de Ação para que haja a inserção do ensino de economia no ensino médio, junto aos órgãos competentes - Corecon-DF.	O presidente reuniu-se com o conselheiro Rafael Lucchesi Ramacciotti, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e foi informado de que a nova grade curricular já contempla o pleito.
Criação de ferramentas de trabalho para o exercício profissional dos economistas, como manualização de projetos de viabilidade econômico-financeira - Corecon-DF.	Encaminhado para Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.
Promover ações de fiscalização conjunta com os Regionais de modo a garantir o máximo de cobertura e garantir que os conselhos que não possuam fiscal possam viabilizar ações de fiscalizações. Realização de concurso público para contração de fiscais, a partir da demanda pelos Corecons, até o final do semestre. Organizar uma central de treinamento para fiscais. Definir uma política de fiscalização que aponte caminho e soluções para os Corecons que não tenham condições de exercer a fiscalização - Corecon-MA.	No Cofecon não existe a atuação fiscalizatória. Tal atribuição foi delegada, por Lei, aos Corecons. Sendo assim, o Cofecon atua no sentido de fornecer capacitação dos fiscais, a qual é realizada utiizando-se da expertise de Corecons mais experientes e estruturados na área.

Relatorio.indd 15 09/04/2019 14:30:34

Organizar calendário de eventos do Cofecon (palestras, workshops) que contemple os conselhos de menor porte e transmissão ao vivo por meio de redes sociais - Corecon-MA.	Conforme informado no ofício 380/2018, o calendário de eventos do Cofecon está disponível no site. A autarquia já realiza transmissões ao vivo pelas suas redes sociais, com divulgação prévia aos seguidores.
Criação do Prêmio Corecon do Ano, como forma de destacar e difundir as melhores práticas dentro do Sistema - Corecon-MA.	Encaminhado para a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão.
Organizar curso de capacitação online de modo a garantir formação continuada para os economistas do Brasil - Corecon-MA.	O assunto está sob responsabilidade da Comissão de Educação.
Proposta de concurso público para o cargo de fiscal da profissão de economista para atender aos Corecons. O COFECON deverá realizar concurso público para contração de fiscais a partir da demanda pelos Corecons até o final do semestre. Organizar uma central de treinamento para fiscais. Definir uma política de fiscalização que aponte caminho e soluções para os Corecons que não tenham condições de exercer a fiscalização. - Corecon-ES	O Cofecon, em razão da insegurança jurídica sobre a forma de contratação dos empregados do Sistema, e por estar respondendo a processo movido por um aprovado no último concurso que não tomou posse porque o Regional de destino fechou, não realizará novo concurso até que estas questões estejam resolvidas.
Editais de concursos públicos para que o campo profissional do Economista seja preservado. O Cofecon exercerá um acompanhamento dos editais de âmbito nacional que contemplem atividades da profissão de economista, garantindo sua participação - Corecon-GO.	A atribuição cabe em primeiro grau aos Conselhos Regionais. No Entanto, o Cofecon auxilia os Corecons que não possuem Setor Jurídico e se coloca à disposição para esclarecer dúvidas sobre os trâmites que devem ser adotados.
Sedes/Espaços físicos para os Corecons e Delegacias. Os presidentes solicitam o apoio do Cofecon, no sentido de que possam obter sede própria para reduzir custos e melhor estabelecer estratégias de trabalho nos respectivos estados - Corecon-MS.	Encaminhado para o GT 1. Estudar a situação financeira e patrimonial dos Conselhos Regionais.

1.7 Realização de Eleições Eletrônicas

Desde 2015 o processo eleitoral dos Corecons é realizado pelo Cofecon por meio de uma plataforma online. A ferramenta, além de dar mais segurança à eleição, permite que todos os economistas possam exercer seu direito ao voto, onde quer que estejam. Em 2018, pela primeira vez, os economistas de todos os estados e do Distrito Federal puderam escolher seus representantes pela internet em um sistema único.

Além de representar uma modernização do sistema eleitoral, a votação online aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto. Todo o procedimento é feito na internet, desde o cadastro de senha para votação até a apuração dos votos. Para garantir a segurança e confiabilidade do sistema, todo o processo eleitoral, do início ao fim, é acompanhado por uma auditoria externa independente.

O sistema foi desenvolvido pela Scytl, empresa especializada em tecnologias e soluções para eleições online, e auditado pela The Perfect Link. A auditoria externa é um importante mecanismo que atesta a lisura do pleito e a conformidade do sistema eleitoral. Essa sistemática é fundamental para garantir a segurança e a eficácia da democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

Para votar, o profissional deve estar devidamente registrado no Corecon de seu estado e adimplente com as anuidades e débitos de qualquer natureza perante o Conselho Regional. Os economistas que atendem a estas condições puderam acessar o site www.votaeconomista.org.br para validar suas informações e receber, pelo celular, uma senha de acesso ao sistema de votação. Finalmente, entre as 08 horas do dia 30 de outubro e as 20 horas do dia 31, foi realizada a votação.

Cerca de cinco mil eleitores de todo o Brasil participaram do processo eleitoral. “Esperamos, já no ano que vem, ver este número significativamente ampliado”, destacou o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva.

Relatorio.indd 16 09/04/2019 14:30:34

1.9 AUXÍLIOS E DOAÇÕES CONCEDIDOS A CONSELHOS

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Concedido
Corecon-PE	Curso de Perícia.	Plenária 683	R$ 7.000,00
Corecon-RO	XXVI SINCE – 2018 e VII Gincana.	Plenária 683	R$ 130.000,00
Corecon-SE	Reforma de Sede.	Plenária 685	R$ 6.588,92
ENECO	Apoio para XLIV Encontro nacional de Estudantes de Economia.	Plenária 684	R$ 3.000,00
Corecon-PR	28º Prêmio Paraná de Economia.	Plenária 684	R$ 3.000,00
Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP	XXIII Encontro Nacional de Economia Política.	Plenária 684	R$ 3.000,00
Associação Keynesiana Brasileira	XI Encontro da Associação Keynesiana Brasileira.	Plenária 684	R$ 3.000,00
ANPEC	46º Encontro nacional de Economia.	Plenária 684	R$ 3.000,00
Corecon-ES	Prêmio Espírito Santo de Economia.	Plenária 685	R$ 3.000,00
Corecon-PE	XII Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa.	Plenária 685	R$ 3.000,00
Corecon-RO	VII Prêmio Rondônia de Economia.	Plenária 685	R$ 3.000,00
ANGE	XXXIII Congresso da ANGE.	Plenária 685	R$ 3.000,00
Corecon-RS	XXIII ENESUL	Plenária 685	R$ 3.000,00
Corecon-MA	XXX ENE	Plenária 686	R$ 3.000,00
Corecon-MA	Prêmio Maranhão de Economia 2018.	Plenária 686	R$ 3.000,00
Corecon-AL	VI Prêmio de Estimulo ao Estudante de Economia 2018.	Plenária 686	R$ 3.000,00
Corecon-DF	XXV Prêmio de Monografia Corecon-DF.	Plenária 687	R$ 3.000,00
Corecon-PB	Apoio financeiro para 70 anos do Curso de Ciências Econômicas da UFPB.	Plenária 687	R$ 3.000,00

Relatorio.indd 17 09/04/2019 14:30:34

2. AÇÕES INTERNAS

2.1 PROCURADORIA JURÍDICA

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (COFECON) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da autarquia, assim como é responsável por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico. Além disso, o setor lida com matérias jurídicas de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do COFECON. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

Em 2018 destaca-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instâncias da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, a Procuradoria atuou em seis processos. Um deles refere-se à ação movida pela Sra. Raquel Brelaz da Silva Godoi, na qual requer sua nomeação no concurso público do Cofecon e seus reflexos, para o cargo de jornalista, bem como indenização por danos morais. Após defesa apresentada pelo Cofecon, o processo foi suspenso ante decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu repercussão geral da questão constitucional envolvendo competência material (tema nº 922/STF), até ulterior decisão do STF.

Outra ação de importante relevância refere-se ao processo envolvendo o espólio do ex-funcionário Elifas, no qual o Cofecon foi condenado a pagar aproximadamente R$ 650.000,00 a título de verbas trabalhistas, decorrentes de demissão sem justa causa e sem o devido processo administrativo disciplinar. Foi formalizado um acordo judicial para que o pagamento da condenação se dê em duas parcelas, sendo a primeira para o ano de 2018 e a segunda, devidamente atualizada, para o início de 2019. Por fim, após tratativas desta Procuradoria junto ao juízo, o Cofecon foi isentado do pagamento das custas processuais no importe de aproximadamente R$ 13.000,00.

Outra demanda, que encontra-se pendente de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), refere-se à ação movida pelo Sindicato dos Empregados em Conselhos do Distrito Federal (SINDECOF/DF), que visa a condenação do Cofecon ao pagamento das contribuições sindicais, na época obrigatórias, sobretudo dos empregados integrantes de categoria diferenciada (exemplo: contador e economista). Em sua defesa, o Cofecon apresentou os comprovantes de pagamento da contribuição sindical dos empregados ao SINDECOF, exceto daqueles pertencentes às categorias diferenciadas, uma vez que recolhem para os sindicatos de sua profissão. A ação em questão foi extinta sem análise do mérito, haja vista a falta dos requisitos processuais exigíveis, cuja decisão foi mantida em grau de recurso. Atualmente a ação encontra-se pendente de apreciação pelo TST.

Por fim, três processos trabalhistas referem-se a ações movidas por empregados do Cofecon, nas quais, em síntese, pugnam pelo reconhecimento de desvio de função, bem como indenização por danos morais. Tais processos, após atuação da Procuradoria Jurídica, foram julgadas improcedente no que toca ao desvio de função, cuja decisão foi mantida após recurso; quanto aos danos morais, o COFECON foi condenado inicialmente ao pagamento global de R$ 45.000,00. Entretanto, após interposição de recurso e sustentações orais, o valor total das condenações foi diminuído para R$ 20.000,00.

Com relação aos processos tratados no âmbito da Justiça Federal, destacam-se nove deles. O primeiro refere-se à ação judicial relacionada às eleições de 2016 realizadas no âmbito do Conselho Regional de Economia da 2ª Região (Corecon-SP), haja vista decisão deste COFECON que anulou o pleito. O segundo refere-se ao pleito eleitoral de 2017 do mesmo Regional, onde se pugna pela declaração de nulidade da obrigatoriedade de realização das eleições exclusivamente por meio eletrônico. Outra demanda envolvendo o Corecon-SP relaciona-se ao repasse da cota-parte. O Regional requer a nulidade dos repasses via sistema de cobrança compartilhada. Em tal processo, foram interpostos embargos de declaração pelo Cofecon (com possibilidade de posterior apelação) visando sanar contradição e omissão na sentença que julgou improcedente os pedidos do Corecon-SP e o condenou a observar as regras editadas pelo COFECON apenas na parte que toca ao também indeferimento do pagamento de multa, juros e correção monetária em razão do envio intempestivo da cota-parte do COFECON para o exercício de 2017, o qual se encontra pendente de julgamento.

O quarto processo refere-se à ação judicial movida pelo Sr. Manuel Enríquez García, na qual pleiteia a anulação de processo administrativo de apuração de responsabilidade, bem como o pagamento de danos morais.

Relatorio.indd 18 09/04/2019 14:30:34

Em tal processo, além da Procuradoria ter requerido sua virtualização e tramitação no PJE, foi peticionado pedido de revogação de medida de urgência suspendendo a tramitação do processo administrativo. Tal processo encontra-se pendente de julgamento.

O quinto processo relaciona-se à ação civil pública impugnando edital de concurso público da ABIN promovido pelo CEBRASPE, no qual foi recentemente apresentado réplica à contestação. Tal processo encontra-se pendente de julgamento. Outra ação ajuizada pelo Cofecon, junto ao CORECON/AM, envolve o Banco da Amazônia (BASA), a qual visa garantir a observância das normas e o respeito às prerrogativas dos economistas. Tal processo encontra-se em fase inicial de tramitação. O sétimo processo refere-se a uma ação judicial movida pela UNAFISCO requerendo a não obrigatoriedade de registro dos servidores da Receita Federal junto aos Corecons.

Por fim, os últimos dois processos em trâmite na justiça federal referem-se a demandas relacionadas a nomeação no concurso público do Cofecon, as quais foram julgadas improcedentes em primeiro grau, de modo que aguardam julgamento em segunda instância.

A Procuradoria Jurídica participou do I Encontro Nacional dos Advogados e Procuradores dos Conselhos de Fiscalização, realizado pela ANAPROCONF em São Paulo; do Workshop Soluções inovadoras nas Execuções Fiscais de Conselhos Profissionais, promovido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) emBrasília; e do 4º Fórum de Cidadania Financeira, promovido pelo Banco Central em Brasília.

A Procuradoria atuou ainda em um processo ético oriundo do Corecon-MS e procedeu à análise de inúmeros processos internos, tanto de licitações e contratos da Autarquia quanto processos administrativos em geral, e ainda, os provenientes dos CORECONs para análise de recurso.

2.2 ATENDIMENTO AOS REGIONAIS

O Setor de Apoio Administrativo e Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas internas do Conselho Federal de Economia, dos Conselhos Regionais de Economia e da sociedade, instruir processos para a Plenária e encaminhá-los aos setores responsáveis no Cofecon. No ano de 2018, o setor foi responsável por responder 515 (quinhentos e quinze) questionamentos dos Corecons (não foram contabilizados os atendimentos à sociedade, nem por telefone), e 3.814 (três mil e oitocentos e catorze) atualizações cadastrais de CPF e CNPJ junto ao banco de dados da Receita Federal (Serpro).

Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional (99 processos apreciados) e solicitações de auxílio financeiro (18 processos aprovados de 29 processos apreciados, perfazendo R$ 188.588,92 o valor total concedido para os eventos do sistema e correlacionados). O detalhamento dos auxílios financeiros concedidos encontra-se no item 1.9 deste Relatório.

2.3 PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES

Em 2018, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais, visando alcançar melhores níveis de proatividade a incidentes e melhora da qualidade dos serviços deste Conselho. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Obtenção de 50 microcomputadores seminovos, por meio de doações da Procuradoria Geral da República e do Superior Tribunal de Justiça, proporcionando uma economia de R$ 170.000,00 para o Cofecon;

2. Contratação de serviço de backup em nuvem para os arquivos correntes e de banco de dados dos sistemas do Cofecon, evitando perdas irreparáveis em casos de desastres locais;

3. Disponibilização de serviços de e-mail marketing para o Cofecon;

4. Configuração de pontos de telefone para todos os colaboradores do Cofecon;

5. Configuração de internet de backup automático, em caso de problemas com o serviço principal de internet, aumentando a disponibilidade deste serviço.

6. Criação de websites como o portal para a Campanha da Redução da Desigualdade Social e a reestruturação completa do portal do Núcleo de Estudos de Economia e Estatísticas;

7. Confecção de Projetos Básicos para contratação de serviços e equipamentos de TI:

- Sistema Contábil para o Cofecon e Corecons (em fase de conclusão);
- Sistema de eleições eletrônicas (em fase de conclusão);
- Consultoria para arquitetura de sistema financeiro e cadastral, e para elaboração de jogo para a Gincana Nacional de Economia (em fase de conclusão);
- Assessoria para a aquisição de computadores para o Corecon-SC;
- Serviço de suporte a infraestrutura de redes e para central telefônica por Unidade de Serviço de Tecnologia da Informação (em fase de conclusão).

Relatorio.indd 19 09/04/2019 14:30:34

8. Atualização de banco de dados do SISCAF nos Conselhos Regionais;

9. Relatórios de Portais da Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons

10. Atendimentos via e-mail, para suportar sistemas de carteiras e do Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças (391 atendimentos);

11. Apoio no processo das eleições eletrônicas dos Corecons;

12. Elaboração de certificados, hotsites, e artes diversas;

13. Construção de portal de teste para educação à distância (cofecon.aprendizagensvirtuais.com.br);

14. Atendimento de 546 demandas via e-mail, conforme especificado abaixo:

• 308 – Carteiras profissionais e seu respectivo sistema;

• 101 – Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças, e seu respectivo sistema;

• 56 – Solicitações diversas dos colaboradores do Cofecon;

• 7 – Solicitações diversas dos conselheiros do Cofecon;

• 74 – Solicitações diversas dos Conselhos Regionais.

15. Disponibilização de software livre de escritório para todos os novos computadores do Cofecon (editor de texto, planilha, apresentações e cliente de e-mail), desonerando o Cofecon de qualquer despesa com software pagos como Microsoft Office;

16. Instalação de novas câmeras de vigilância para maior segurança da sede do Cofecon;

17. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;

18. Implementação de backup semanal de conteúdos inseridos no provedor de hospedagem, como sites e sistemas on-line do Cofecon;

19. Capacitação de profissional em programação na linguagem PHP;

20. Aquisição de itens de informática, como notebook, ferramentas, novos telefones, câmeras de segurança, dentre outros;

21. Proposição de aquisição de softwares para auxílio nas atividades do Cofecon:

• Licença vitalícia para aplicativo de acesso remoto, para auxílio de demandas em computadores à distância;

• Licença para aplicativos de edição de imagens e de vídeo, por meio do Adobe Creative Cloud;

• Licença vitalícia para aplicativo editor de imagens gráficas (Corel Draw) para confecção de certificados diversos;

• Licença vitalícia para aplicativo gerenciador de banco de dados para confecção de etiquetas e malas diretas (Microsoft Access) ;

22. Suporte diverso à infraestrutura de rede, central telefônica e a estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon.

2.4 COMPRAS E LICITAÇÕES

O Conselho Federal de Economia está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Todas as despesas de 2018 foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

Durante o ano, o setor de Compras e Licitações fez a gestão de cerca de 40 contratos, que podem ser acompanhados via internet pelo portal de Acesso à Informação do Cofecon. Além disso, foram realizados os seguintes procedimentos:

• Cotação Eletrônica: foram realizadas 9 cotações eletrônicas pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, perfazendo um valor de aproximadamente R$ 20.000,00.

• Dispensa de Licitação: no exercício de 2018 foram realizadas 26, nem todas finalizadas, com valor aproximado de R$ 71.000,00, tratando-se inclusive de contratos que terão suas despesas realizadas durante o ano de 2019.

• Inexigibilidade de Licitação: ocorreu devido à necessidade de celebração de novo contrato com o Serviço Federal de Processamento de dados - SERPRO, com valor anual aproximado de R$ 7.000,00, que permite ao Sistemma Cofecon/Corecons realizar consulta de endereços na base da Receita Federal, permitindo e facilitando o trabalho de fiscalização.

• Pregão Eletrônico: No total de 4, com valor estimado de R$ 100.000,00. Cabe ressaltar que as atas de registro de preços garantem ao Cofecon a contratação de serviços ou aquisição de bens dentro do rigor da legislação vigente, mas não necessariamente todos os bens/serviços licitados serão adquiridos. As aquisições acontecem conforme a necessidade da Autarquia.

• Além desses processos, o setor manteve a rotina de atualização do Portal da Transparência no tópico Licitações, desmembrado em “Editais e Resultados” e “Contratos Vigentes”.

Relatorio.indd 20 09/04/2019 14:30:34

2.5 INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

A tabela com a receita e as despesas do Cofecon no exercício de 2018 encontra-se abaixo. Para efeito de comparação, estão presentes também as informações referentes aos últimos cinco anos, compreendendo os exercícios de 2014 a 2018.

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Total	**5.078.988,35**	**5.784.266,81**	**5.692.797,65**	**5.475.509,66**	**6.191.152,49**
Despesas Correntes	**4.752.064,38**	**5,574606,83**	**5.995,210,29**	**5.460.258,46**	**5.603.070,67**
1. Pessoal e encargos	2.318.303,94	2.567.364,07	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94
2. Manutenção da sede	84.564,11	183.838,78	200.895,06	156.540,22	55.073,63
3. Material de consumo	30.757,77	26.253,47	51.541,01	27.927,50	26.872,37
4. Telefonia, Internet e Correios	155.938,03	130.665,66	170.504,59	298.503,86	78.274,40
5. Manutenção de Programas de Informática	318.860,38	367.843,71	401.368,78	466.373,26	485.225,61
6. Despesas bancárias	83.037,96	115.371,71	55.870,80	14.045,12	11.290,67
7. Diárias	379.503,50	406.290,00	431.105,34	435.086,17	318.997,51
8. Passagens aéreas	394.643,54	459.411,14	460.628,02	229.464,18	366.875,59
9. Serviço Gráfico e Publicidade	196.498,67	354.359,13	340.108,73	330.316,44	246.420,47
10. Assessoria Parlamentar	84.500,00	58.999,92	49.311,22	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	89.629,43	153.142,21	91.437,07	55.843,54	41.573,78
12. Premiações	68.499,99	72.300,00	97.924,90	53.200,00	53.700,00
13. Transferências para os Regionais	184.170,40	236.927,13	270.081,89	211.196,00	172.588,92
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	-	229.900,00	202.235,80	74.150,00	74.642,24
15. Impressão de carteira profissional	116.498,74	135.248,88	166.749,29	179.755,40	132.698,00
16. Outras despesas	219.871,92	51.875,68	88.328,04	426.103,08	519.045,54
Saldo Orçamentário Parcial	**326.923,97**	**209.660,01**	**-302.412,64**	**15.251,20**	**558.081,82**
Despesas de capital	**15.920,00**	**601.798,72**	**272.660,32**	**239.554,90**	**1.909,47**
17. Obras e Instalações	-	533.735,96	213.459,25	-	-
18. Equipamento e material permanente	15.920,00	68.062,76	59.201,07	239.554,90	1.909,47
Despesa Total	**4.767.984,38**	**6.176.405,55**	**62.67.870,61**	**5.699.813,36**	**5.604.980,14**
Saldo Orçamentário Final	**311.003,97**	**-392.138,71**	**-575.072,96**	**-224.303,70**	**586.172,35**
Saldo Financeiro	**2.004.189,10**	**1.607.910,69**	**1.026.516,54**	**945.431,85**	**1.397.259,89**

Relatorio.indd 21 09/04/2019 14:30:35

3. O COFECON E A MÍDIA

3.1 ASSESSORIA DE IMPRENSA

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho iniciado em 2015, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Com o novo presidente eleito, a equipe realizou um trabalho de reconhecimento da imprensa nacional, com orientações de media training para um bom desempenho nas entrevistas.

Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, acompanhamento de entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas a aprimorar o relacionamento com a mídia. Os resultados quantitativos dessas atividades estão listados no item 3.2 deste relatório.

A equipe também participou de eventos promovidos pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, contribuindo para a definição de estratégias de divulgação e coordenando as ações de assessoria de imprensa dos eventos realizados, além de cobertura para site e redes sociais.

Em 2018, a presidência do Cofecon investiu na ida de membros da equipe de Comunicação a eventos cujas discussões são relevantes para os economistas brasileiros e para o Sistema, como o Fórum Internacional Tributário, em São Paulo (SP), e o XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), em Imperatriz (MA). O objetivo da presença de jornalistas da equipe do Cofecon em tais eventos foi disseminar as discussões nos sites e redes sociais, além de buscar espaços espontâneos para a autarquia na mídia nas cidades em que foram realizados.

3.2 INSERÇÃO DO COFECON NA MÍDIA

Foram localizadas e monitoradas 645 inserções do Cofecon na mídia em 2018, uma média de 54 por mês. Do total, em relação ao tipo de mídia, 36 foram publicadas pelo rádio, 97 em emissoras de televisão, 142 em veículos impressos e 370 em sites e portais de notícias na internet. Na perspectiva da abrangência dos veículos, 30 inserções foram publicadas em mídias alternativas, 89 em veículos de distribuição local, 112 em "mídias foco" (principais veículos do país), 137 em mídias setoriais e outras 277 em veículos da grande imprensa, com ampla distribuição e audiência. Foram localizadas também 10 inserções do Cofecon em matérias de veículos estrangeiros.

As redes sociais do Cofecon registraram o maior engajamento anual de sua série histórica. Em 2018, o Facebook oficial do Cofecon ganhou 5.414 novos seguidores. As 328 publicações da página no ano, ao todo, tiveram um alcance potencial de aproximadamente dois milhões de pessoas e tiveram mais de 300 mil curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos. O ponto máximo de visibilidade foi a Carta Aberta do Cofecon aos brasileiros, que atingiu 1.237.926 pessoas.

O Twitter do Cofecon registrou 301 novos seguidores e aproximadamente duas mil interações distribuídas em 214 publicações. O canal do Cofecon no YouTube teve 17 publicações e gerou mais de 10 mil visualizações. Foram postados 17 novos vídeos no ano. Além do Facebook, do Twitter e do YouTube, redes utilizadas pelo Cofecon há alguns anos, foram criados perfis também no LinkedIn e Instagram. Este último foi um importante veículo da campanha do Dia do Economista 2018 e das atividades realizadas durante o SINCE de Porto Velho. O Instagram do Cofecon foi criado em agosto e, em cinco meses, teve 110 publicações e alcançou mais de 2 mil seguidores.

A página Quero ser economista também ganhou um perfil no Instagram, que serviu de apoio ao III Desafio Quero Ser Economista. Em três meses, o perfil ganhou mais de 200 seguidores e teve 81 publicações. No Facebook, onde promove conteúdos de interesse de estudantes de Ciências Econômicas e de ensino médio, a página ganhou 1.050 seguidores no ano e teve 286 publicações que alcançaram potencialmente mais de 300 mil pessoas e geraram mais de 40 mil curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos.

Relatorio.indd 22 09/04/2019 14:30:35

3.3 REVISTA ECONOMISTAS

A tiragem da revista Economistas se manteve em 5 mil exemplares, com exceção da edição de Julho a Setembro, que foi distribuída no XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) e teve 6 mil exemplares. A publicação manteve a periodicidade trimestral, com quatro edições publicadas ao ano, e esteve disponível em formato digital, facilitando a leitura no ambiente on-line e permitindo um maior acesso dos economistas.

O tema de capa da edição nº 27 (Janeiro a Março) foi "Perspectivas para 2018: economistas debatem conjuntura econômica", debatido pelos economistas Armando Castelar e Tânia Bacelar, por meio de entrevista. A publicação também contou com os artigos "O fluxo financeiro integrado e a produtividade sistêmica da Economia", de Ladislau Dowbor; "2018, o ano em que viveremos em perigo", de Luís Eduardo Assis; "Criptomoedas e a bitcoin", de Gílson de Lima Garófalo e Terezinha Filgueiras de Pinho; "Acreditando no crédito", de Roberto Luis Troster; e "A questão regional brasileira após a tempestade recessiva: uma agenda para os estados das regiões Norte e Nordeste", de Felipe Macedo de Holanda.

A edição nº 28 (Abril a Junho) trouxe como tema central "Privatizações – Como equilibrar eficiência, opções estratégicas, políticas públicas e o ajuste fiscal?", assunto debatido por João Sicsú e Caetano Penna, em entrevista; por Antonio Corrêa de Lacerda em "Papel do Estado, Privatização e Abertura Comercial"; e por Gesner de Oliveira em "O financiamento do investimento na infraestrutura: parcerias e concessões". A edição também contou com os artigos "Investimentos em educação, sem eficiência, não são suficientes para desenvolver economias: os casos do Brasil e da Coreia do Sul", de Hugo Eduardo Meza Pinto e Thiago Sieklicki; "Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em foco: um olhar para a Amazônia, de Kléber Mourão; e "Cidades criativas inspiradoras", de Gina Paladino.

A edição nº 29 (Julho a Setembro) teve como tema central "Desenvolvimento Regional: especialistas abordam os principais desafios das cinco regiões brasileiras". Foram publicados os seguintes artigos: "O dilema do desenvolvimento regional na Amazônia", por Kleber Antônio da Costa Mourão e Sérgio Felipe Melo da Silva; "Nordeste: potenciais fontes de crescimento e desafios ao alcance de níveis sustentados de desenvolvimento", de João Gonsalo de Moura, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula e César Augustus Labre Lemos de Freitas; "Desastre ocupacional no Nordeste", de Felipe Macedo de Holanda; "Nível de associação econômica intermunicipal do Piauí: base para o planejamento regional", de Francisco Prancacio Araújo de Carvalho, Caio Matteucci de Andrade Lopes e João Batista Lopes; "Planejar para desenvolver o Regional e o Local: fácil de dizer, mas difícil de fazer", de Lucir Alves; "Desenvolvimento e planejamento regional: a necessidade de reconversão econômica processual e dinâmica da região Sudeste", de William Retamiro; e "Desenvolvimento Regional no Centro-Oeste: estrutura econômica e desafios", de Pedro Garrido.

Por fim, a edição nº 30 (Outubro a Dezembro) abordou o tema "Retomada do desenvolvimento: uma condição necessária – Reunidos em Porto Velho, economistas defendem que concentração de renda, redução de direitos e degradação ambiental não são aceitáveis para retomar o crescimento". A publicação contou com os seguintes artigos: "O papel do economista", de Ladislau Dowbor; "Formação, aperfeiçoamento profissional e mercado de trabalho do economista", de Eduardo Rodrigues; "Mulheres economistas avançam", de Bianca Rodrigues; "Crescimento econômico e degradação ambiental", de Marcus Eduardo de Oliveira; e "Possibilidades para o desenvolvimento regional geradas pela Lei Complementar nº 161/2018", de Fabiana Ferreira da Silva.

Relatorio.indd 23 09/04/2019 14:30:35

3.4 CAMPANHA DO DIA DO ECONOMISTA

Em 2018, o Cofecon trabalhou a valorização profissional, deixando de lado o esteriótipo do economista engravatado. Os objetivos foram destacar a importância da profissão, abordar diferentes possibilidades de atuação e valorizar o economista como profissional estratégico e essencial para o País. O conceito criativo buscou mostrar que a Economia vai além do setor público e do mercado financeiro: é uma ciência social que apresenta muitas possibilidades.

Foi escolhido o título #Economista para acompanhar as peças de comunicação, por acompanhar a era digital e relacionar-se de forma direta ao tema da campanha e à área de atuação. O uso da hashtag #economista permitiu a indexação da campanha nas redes sociais, assim as postagens feitas após o período de veiculação foram agrupadas em sequência na web, mantendo a mensagem em evidência.

O título foi inserido junto à imagem do profissional em situações que demonstrem uma amplitude maior do trabalho e não apenas em escritórios. Exemplos: consultoria, perícia econômico-financeira, mediação e arbitragem e terceiro setor.

3.5 DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

O III Desafio Quero Ser Economista contou com a participação de 741 estudantes de Ensino Médio de 25 estados e do Distrito Federal, o maior contingente registrado em todas as edições. A competição aconteceu de 29 de outubro a 29 de novembro de 2018 na plataforma online do Desafio.

O jogo é uma iniciativa do Cofecon com o objetivo de estimular o estudo das Ciências Econômicas pelos jovens. A estratégia é introduzir, de forma dinâmica e divertida, conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento dos estudantes do Ensino Médio, apresentar a profissão de economista e a atuação deste profissional no mercado de trabalho e, assim, proporcionar um agradável e adequado primeiro contato dos jovens estudantes do Ensino Médio com a área da Economia. Desta forma, o Cofecon busca incentivar o estudo de Ciências Econômicas.

O estudante catarinense Pedro Kurth foi o grande campeão do jogo, o mineiro Rafael Coquejo foi o vice-campeão e a paulista Lídice França conquistou a terceira colocação. Os vencedores ganham, respectivamente, R$ 1.500,00, R$ 1.000,00 e R$ 500,00.

Após o término da competição, a página "Quero Ser Economista", no Facebook, e o perfil @queroserecon-omista_, no Instagram, que serviram de apoio ao jogo, continuam ativos e oferecem diariamente conteúdos di-

dáticos sobre Economia, com links de matérias, dicas de leitura, definições e conceitos da área. O Desafio há três anos ajuda a atrair jovens internautas a esses espaços, para que tenham acesso a conteúdos econômicos de forma educativa e permanente.

Assim, o Conselho promove junto à população jovem a sadia mentalidade econômica, por meio da disseminação de informações relevantes sobre a área.

É importante ressaltar que o Desafio Quero Ser Economista é um projeto estratégico e fundamental para o desenvolvimento do Sistema Cofecon/Corecons no curto, médio e longo prazos, pois visa reverter o quadro de queda no número de ingressantes nos cursos de Ciências Econômicas em todo o país e garantir o fortalecimento da classe dos economistas no futuro.

3.6 INFORMATIVO AEALC

O Cofecon participa ativamente da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC) e no ano de 2017 assumiu a responsabilidade de produzir e distribuir um boletim de notícias para difundir informações das diversas Associações e Colégios de Economistas que compõem a entidade.

O Informativo AEALC é produzido pelo jornalista Manoel Castanho. É escrito em língua espanhola, por ser o idioma falado na maioria dos países da região. Tem formato A4, com oito páginas, periodicidade trimestral e tiragem de 1.100 exemplares.

Relatorio.indd 24 09/04/2019 14:30:36

4. EVENTOS

4.1 INTERNACIONAIS

4.1.1 III CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO

O presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, ministrou conferência maestra sobre o Cenário Político do Brasil no III Congresso Internacional de Gestão Econômica e Desenvolvimento, realizado de 29 de maio a 1 de junho na cidade de Havana, Cuba. Na ocasião, tratou da conjuntura política, econômica e eleitoral do Brasil.

O evento deu especial atenção aos temas relacionados ao papel da Contabilidade Financeira e de Gestão no bom desempenho das organizações, a harmonização das Normas Internacionais de Relato Financeiro; a prática de Auditoria independente e governamental; o desenho e implementação de políticas públicas; a eficiência da administração pública; o papel do cooperativismo no desenvolvimento econômico territorial; Gestão bem-sucedida e experiências de gestão de negócios, com o objetivo de aumentar o impacto da gestão econômica no desenvolvimento sustentável e socialmente responsável.

Como parte do Congresso foram realizados o XII Encontro Internacional de Contabilidade, Auditoría e Finanças, o V Encontro Internacional de Administração Pública para o Desenvolvimento, o IV Encontro Internacional de Cooperativismo e o III Encontro Internacional de Gestão Empresarial.

4.1.2 SEMINÁRIO "A AMÉRICA LATINA E O CARIBE DIANTE DO NOVO CONTEXTO INTERNACIONAL. PRINCIPAIS DESAFIOS"

Nos dias 11 a 13 de setembro foi realizado em Havana, Cuba, o seminário "A Economia da América Latina e Caribe diante do novo contexto internacional. Principais desafios". O evento foi promovido pela Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC), da qual o Cofecon é membro, e pela Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba (ANEC).

O evento contou com a participação de economistas de vários países da região e tratou de temas como a crise econômica global, modificações na estrutura produtiva e de comércio regional, mudanças tecnológicas, políticas econômicas e comerciais dos Estados Unidos, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030, políticas públicas, energia, meio ambiente e cooperativismo.

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, realizou a palestra principal do evento, transmitida pela TV local, na qual tratou da conjuntura política e econômica do Brasil.

4.2 NACIONAIS

4.2.1 XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA - SINCE

"Crise dos estados, responsabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico" foi o tema central do XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). Pela primeira vez, o encontro ocorreu na região Norte e foi organizado pelo Conselho Regional de Economia da 24ª Região – Rondônia, com o apoio do Conselho Federal de Economia. O simpósio ocorreu de 19 a 21 de setembro de 2018, na cidade de Porto Velho. Cerca de 200 economistas prestigiaram o evento.

Na cerimônia de abertura, o economista Ladislau Dowbor, escolhido como Personalidade Econômica do Ano de 2017, ministrou palestra sobre "A era do capital improdutivo", tema de livro por ele publicado que trata de pesquisas sobre o processo de financeirização no planeta e no Brasil. O evento contou, ainda, com a VIII Gincana Nacional de Economia e entrega do XXIV Prêmio Brasil de Economia.

O Simpósio é, tradicionalmente, dividido em três grupos de trabalho: GT1 – Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista; GT2 – Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons; e GT3 – Estrutura e Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil.

Entre as propostas do primeiro grupo de trabalho que foram aprovadas por unanimidade estão a criação de projeto de lei para exigir a contratação de economistas nas prefeituras, conselhos fiscais e sociedades de capital aberto, públicos e privados; a exigência de que o economista seja o profissional contratado para tratar de desenvolvimento local e regional, não restringindo sua atuação a questões exclusivamente orçamentárias; e o encaminhamento de portfólio da profissão de economista aos principais órgãos públicos, apresentando informações como campo de atuação, regulamentação e estrutura curricular básica.

No segundo grupo de trabalho, um dos temas de destaque foi a possibilidade de ampliar a plenária do Cofecon, de 18 para 24 conselheiros efetivos e suplentes. Em votação, a proposta de manter a plenária em 18 membros efetivos e suplentes obteve 60 votos favoráveis e 43 contrários.

Durante a plenária final, o terceiro grupo de trabalho apresentou uma proposta de documento sobre

Relatorio.indd 25 09/04/2019 14:30:36

conjuntura política econômica para ser discutida com os demais delegados. Após sugestões e ajustes, foi aprovada a "Carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República", disponível no item 7.8 deste Relatório..

Destaque para o Fórum da Mulher Economista, o qual tem ocorrido tradicionalmente nos eventos nacionais do Sistema Cofecon/Corecons. A coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista no Cofecon, a vice-presidente Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, esteve à frente das discussões sobre "Mulheres Economistas e suas propostas aos presidenciáveis".

4.2.2 XXIV PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

O Prêmio Brasil de Economia (PBE) é o projeto educativo mais tradicional do Sistema Cofecon/Corecons. Em 2018, o PBE alcançou sua 24ª edição. O projeto premia os melhores trabalhos nas categorias: Livros de economia, Tese de doutorado, Dissertação de mestrado, Artigo Técnico ou Artigo Científico, e Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Estão aptos a concorrer os trabalhos desenvolvidos com temas relacionados à Teoria Econômica, Pensamento Econômico Contemporâneo, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Internacional, Economia Agrícola, Economia Socioambiental, Economia Regional e Urbana, Integração Econômica, Economia e Inovações Tecnológicas, temas interdisciplinares e outros relativos à Ciência Econômica. Ao todo, foram distribuídos R$ 26 mil em prêmios nesta edição.

Os primeiros colocados de cada categoria receberam o prêmio em dinheiro, sendo: R$ 8.000,00 para o vencedor da categoria Livro; R$ 7.000,00 para a categoria Tese de Doutorado; R$ 5.000,00 para Dissertação de Mestrado; R$ 3.000,00 para Artigo Técnico ou Artigo Científico; e R$ 3.000,00 para Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Tanto o segundo quanto o terceiro colocado de cada categoria receberam menção honrosa.

A premiação foi realizada durante o Simpósio dos Conselhos de Economia (SINCE), em Porto Velho-RO. O objetivo do PBE é estimular a reflexão crítica so-

CATEGORIA LIVRO DE ECONOMIA
1º Lugar (Prêmio de R$ 8.000,00): Economista: Anita Kon – Registro: 07941-SP. Título: "Economia Industrial: Teorias e Estratégias". 2º Lugar (Menção honrosa): Economista: Tiago Oliveira – Registro: 6149-DF. Título: "Trabalho e padrão do desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro". 3º Lugar (Menção honrosa): Economista: Gustavo Henrique de Barroso Franco – Registro: 12.614-RJ. Título: "A moeda e a lei: uma história monetária Brasileira, 1933 – 2013".
CATEGORIA TESE DE DOUTORADO
1º Lugar (Prêmio de R$ 7.000,00): Economista: Elizabeth Moura Germano de Oliveira – Registro: 6424-BA. Título: "A Economia do Conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro". 2º Lugar (Menção honrosa): Economista: João Marcos Hausmann Tavares – Registro: 27527-RJ. Título: "A Economia política da internacionalização financeira e tecnológica: uma análise das contribuições de François Chesnais e Maria da Conceição Tavares". 3º Lugar (Menção honrosa): Economista: Lucas Vitor de Carvalho Sousa – Registro: 6961-DF. Título: "Estrutura de custos e efeitos de variáveis climáticas: uma análise para o setor de saneamento no Brasil".

CATEGORIA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
1º Lugar (Prêmio de R$ 5.000,00): Economista: Laura Calvi Gomes – Registro: 8600-PR. Título: "Dois ensaios sobre a qualidade da educação e crescimento regional no Brasil". 2º Lugar (Menção honrosa): Economista: Bruno Lacerda Zanatto – Registro: 36257-BA. Título: "Análise dos impactos da medida provisória nº 579 sobre os leilões de transmissão de energia elétrica no Brasil". 3º Lugar (Menção honrosa): Economista: Ingrid Rafaele Rodrigues Leiria – Registro: 8383-RS. Título: "A racionalidade no mercado ilegal: O efeito da demanda de bens ilícitos na taxa de criminalidade do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2015".
CATEGORIA ARTIGO TÉCNICO/CIENTÍFICO
1º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): O Economista: Jandir Ferrera de Lima – Registro: 5710-PR e Augusta Pelinski Raiher – Registro: 7148-PR. Título: "Desenvolvimento e subdesenvolvimento humano no Brasil". 2º Lugar (Menção honrosa): Economista: Kalinca Léia Becker – Registro: 7029-RS. Título: "Análise do efeito dos gastos públicos na área social sobre o consumo de drogas dos alunos nas escolas das capitais brasileiras". 3º Lugar (Menção honrosa): Economista: Benito Adelmo Salomão Neto – Registro: 8286-MG, e Carlos Cesar Santejo Saiani. Título: "Criação de municípios, ilusão fiscal e captura no Brasil: uma análise em painel".
CATEGORIA MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO
1º Lugar (Prêmio de R$ 3.000,00): Estudante: Priscila Linck. Título: A Dinâmica De Movimento Conjunto Dos Índices De Preços Das Commodities: Uma Aplicação Econométrica. Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2º Lugar (Menção honrosa): Estudante: Maylisson Rodrigo Fonseca. Título: "Diferenciais De Salário E Discriminação Por Gênero E Cor No Mercado De Trabalho Da Região Norte Do Brasil, Em 2004 E 2013". Instituição: Universidade Estadual De Londrina. 3º Lugar (Menção honrosa): Estudante: Patrícia Sampaio Cotta. Título: Reconsiderando o Emprego Doméstico como Estratégia de Sobrevivência da Mulher Pobre no Brasil". Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais.

Relatorio.indd 26 09/04/2019 14:30:36

bre a Economia como ramo de conhecimento, primando por seu caráter aplicado, especialmente nas questões ligadas a aspectos econômicos, sociais e regionais da sociedade brasileira e a sua inter-relação com o exercício da profissão de economista.

4.2.3 VIII GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

As estudantes Fernanda Almeida de Sousa e Giovanna de Almeida Gonçalves, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foram as vencedoras da VIII Gincana Nacional de Economia. A competição ocorreu em Porto Velho, nos dias 20 e 21 de setembro, durante o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). A Gincana é uma iniciativa do Conselho Federal de Economia coordenada pela conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral, que coordena a Comissão de Educação do Cofecon.

O segundo lugar ficou com a dupla Caio de Holanda Medeiros e Filipe Matheus Silva Cavalcanti, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em terceiro, os estudantes Wellington Adriano e Daniel Augusto Wandrey, da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Em quarto lugar, os universitários Luigi Bruno Dias Martinelli e Nathan Gabriel Presotto, da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá.

Nesta edição, participaram 24 duplas de estudantes, provenientes de 14 estados. A Gincana é um dos principais projetos do Sistema Cofecon/Corecons. A Gincana oferece aos graduandos em Ciências Econômicas a oportunidade de entenderem a conjuntura econômica de um país por meio de uma simulação divertida e inteligente. Propor a compreensão da dinâmica da economia na prática é o propósito central da Gincana.

4.3 REGIONAIS

4.3.1 ENESUL

O presidente do Cofecon participou, nos dias 24 e 25 de agosto, do XXIII Encontro dos Economistas da Região Sul do país (Enesul) e do II Encontro de Economia, promovidos pelo Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS).

O evento, realizado no Teatro da PUCRS, em Porto Alegre, contou com economistas de renome no cenário nacional e internacional para abordarem temas como a agenda econômica do governo que assumirá o país em 2019, as economias dos três estados da Região Sul, políticas públicas, desenvolvimento econômico e a profissão do economista. Samuel Pessôa, professor da FGV, e Sérgio Gobetti, economista do IPEA, foram os convidados do painel de abertura do evento, que discutiu "Pauta Mínima para 2019".

Na ocasião, o presidente do Cofecon defendeu que o Brasil tenha um planejamento de desenvolvimento de longo prazo e criticou a falta de interesse de alguns partidos políticos em promover debates sobre a economia nacional. Wellington Leonardo citou livro elaborado pela Anfip e Fenafisco, inspirado nas discussões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade – iniciativa coordenada pelo Cofecon — sobre uma reforma tributária progressiva.

4.3.2 ENE

Os principais desafios econômicos nordestinos foram objeto de debate do XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), que reuniu mais de 100 pessoas, entre profissionais e estudantes universitários, em Imperatriz, no Maranhão. O evento ocorreu de 30 de outubro a 1º de novembro de 2018 e foi realizado pelo Conselho Regional de Economia da 15ª Região – Maranhão, com o apoio do Conselho Federal de Economia e de diversos Corecons. O presidente do Cofecon prestigiou o evento.

Durante três dias de evento, debates com economistas qualificados aprofundaram discussões sobre os principais entraves para a economia nordestina. No primeiro dia, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e Lauro Chaves Neto, presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), realizaram apresentações.

Na segunda noite de debates o tema em discussão foi "Financiamento do desenvolvimento no Nordeste" e teve como palestrantes o conselheiro federal e presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Felipe de Holanda; e o economista-chefe do Banco do Nordeste, Luiz Alberto Esteves.

A última noite de debates do XXX ENE contou com a palestra "Os desafios da conjuntura e os caminhos para o Brasil sair da crise", ministrada pelos economistas Antonio Corrêa de Lacerda, Conselheiro do Cofecon, e Oswaldo Ferreira Guerra, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Relatorio.indd 27 09/04/2019 14:30:36

5. AUDIÊNCIAS

5.1 AUDIÊNCIAS INSTITUCIONAIS

5.1.1 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, reuniu-se no dia 21 de março, na sede da CNBB, em Brasília, com o secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Steiner, e o assessor político, Padre Paulo Renato. O objetivo da reunião foi manter a parceria com a entidade em ações como a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

Na ocasião, Dom Leonardo Steiner mencionou a nota produzida em conjunto com o Cofecon e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a Reforma da Previdência e destacou que a autarquia teve papel importantíssimo na elaboração do documento, inserindo informações econômicas. "Nós queremos continuar a relação que foi sendo construída nos últimos anos, com atividades em comum que muito agregaram à CNBB. As análises econômicas do Cofecon têm sido muito importantes para nós, inclusive para nossos posicionamentos sobre questões político-econômicas", observou.

5.1.2 CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O presidente do Cofecon esteve na sede do Conselho Federal de Administração (CFA) no dia 12 de abril para tratar dos projetos de lei 658/2007 e 439/2015, que atualizam a regulamentação das profissões de economista e administrador. Ele foi recebido pelo presidente do CFA, Wagner Siqueira.

Durante a reunião foram definidos os próximos passos nas tratativas com parlamentares em relação ao assunto e também com os representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Outro ponto abordado foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2135, com previsão de julgamento para esta quinta-feira no Supremo Tribunal Federal (STF), que envolve o regime jurídico dos funcionários dos conselhos de fiscalização profissional e a possibilidade ou não de contratarem seus funcionários pelo regime celetista ou estatutário.

5.1.3 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Os Conselhos Federais de Economia (Cofecon), Administração (CFA) e Contabilidade (CFC) concentram esforços para avançar nos projetos de lei que atualizam a regulamentação profissional das três categorias. Os representantes dessas autarquias federais reuniram-se no dia 26 de abril, na sede do CFC, para definir ações que podem ser realizadas em conjunto com o objetivo de preservar as prerrogativas de economistas, administradores e contabilistas.

Participaram da reunião o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva; o presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda; o vice-presidente de Política Institucional do CFC, Joaquim de Alencar Bezerra Filho; a diretora executiva do CFC, Elys Tevania; o diretor da Câmara de Formação Profissional do CFA, o professor Mauro Kreuz; a vice-diretora da Câmara de Gestão Pública do CFA, Norma Sueli Costa de Andrade; a assessora parlamentar do CFA, Rosilâne Resende; o consultor parlamentar do CFA, Jenner de Morais; e a superintendente substituta do Cofecon, Ana Claudia Ramos Pinto.

Um dos assuntos abordados foi o Projeto de Lei nº 8423/2017, de autoria da deputada federal Simone Morgado (PMDB-PA), que altera a legislação do contabilista e atribui competências privativas e compartilhadas. Os representantes do Cofecon e CFA afirmaram que o texto apresentado pela parlamentar não agrada nem é de interesse de suas categorias.

Outra questão abordada foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2135, que envolve o regime jurídico dos funcionários dos Conselhos de Fiscalização Profissional – como o Cofecon e os Corecons – e a possibilidade ou não de contratarem seus funcionários pelo regime celetista ou estatutário. Os participantes debateram as provavéis consequências do julgamento do mérito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e decidiram reunir-se com outros representantes de conselhos para construírem um documento único relatando os problemas decorrentes da aplicação do RJU, que será apresentado à Corte.

5.1.4 SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) E BANCO DA AMAZÔNIA S/A (BASA)

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, o presidente do Corecon-PA/AP, Kleber Mourão, e o presidente do Corecon-AM, Francisco Mourão, participaram de reunião com o superintendente da Sudam, Paulo Roberto Correia da Silva, no dia 16 de maio para tratar sobre a responsabilidade dos projetos técnico-econômicos enviados para a Superintendência. A reunião aconteceu no prédio sede da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em Belém.

No dia 17 de maio, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva; o presidente do Corecon-AM, Francisco Mourão; e o conselheiro regional Antonio Ximenes participaram de reunião com o presidente do Banco da Amazônia, Valdecir José de Souza Tose, na sede do Banco, em Belém. No entendimento do Cofecon, o plano de negócios elaborado para os projetos submetidos ao Banco existem elementos que são privativos do profissional de economia, por isso a necessidade de

Relatorio.indd 28 09/04/2019 14:30:36

apresentar atestado de responsabilidade técnica (ART) no projeto de viabilidade econômica, assinada por economista habilitado e em dias com os Regionais.

5.1.5 CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Cofecon participou de reuniões na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de maio, para tratar das renovações dos incentivos fiscais concedidos aos empreendimentos instalados na área de atuação da Sudam e Sudene, que vencem em 31 de dezembro deste ano.

O objetivo da visita ao parlamento foi discutir com deputados e assessores sobre a necessidade da formação de uma Frente Parlamentar para se discutir o assunto, além de audiências públicas sobre a matéria. O presidente esteve nos gabinetes dos deputados federais Glauber Braga, Chico Alencar, Jandira Feghali, Alessandro Molon, Ivan Valente e Edmilson Brito Rodrigues, e também na liderança do Partido Socialismo e Liberdade.

5.1.6 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O presidente do Cofecon esteve na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 8 de novembro para participar de reunião com o Conselheiro da entidade Rafael Lucchesi Ramacciotti, o qual também é Economista. O objetivo do encontro foi pleitear a inclusão do ensino de Economia e Educação Financeira na grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Rafael Luchessi afirmou que a preocupação do Cofecon está contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. O conselheiro do CNE comprometeu-se a enviar as novas Diretrizes ao presidente do Cofecon.

5.2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Conselheiro Federal Antonio Melki Júnior representou o Cofecon em audiência pública organizada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O debate ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro, e teve como tema "Debater o desenvolvimento econômico na perspectiva da Reforma Tributária Solidária". Também participaram como expositores o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Charles Johnson da Silva Alcântara; o representante do Ministério da Fazenda, Fernando Mombelli; e o deputado federal Vicente Cândido.

Melki destacou a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, iniciativa coordenada pelo Cofecon que conta com o apoio de mais de 30 entidades, entre elas a Fenafisco e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), parceira da Fenafisco no movimento Reforma Tributária Solidária.

O Conselheiro abordou medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o teto dos gastos públicos, e a reforma da previdência ao ressaltar que os governantes e parlamentares têm discutido as despesas não financeiras e se esquecem do custo do financiamento da dívida pública. "O custo do financiamento da dívida pública está na ordem de 5,9% do PIB, algo em torno de R$ 360 bilhões. O valor é muito alto e a situação não é muito bem explicada, como por exemplo, há uma remuneração alta dos títulos e liquidez imediata, o que é um contrassenso", disse o Conselheiro do Cofecon.

Melki também destacou que a carga tributária brasileira, em torno de 34% do PIB, não é alta se compararmos com outros países. "É alta a partir do momento em que não há uma correspondência dessa carga tributária, porque está sendo usada de outra forma. Temos que diminuir a aplicação do imposto sobre o consumo porque impacta principalmente os mais pobres e aumentar a tributação sobre o patrimônio. É possível examinar a possibilidade de termos a aplicação de imposto sobre as transações financeiras, nem que seja um valor simbólico, para que facilite o acompanhamento e evite a evasão fiscal", defendeu o economista.

Na ocasião, Charles Alcântara apresentou o livro A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas, produzido pela Fenafisco em parceria com a ANFIP.

Relatorio.indd 29 09/04/2019 14:30:36

6. PARTICIPAÇÕES

6.1 CONGRESSOS

6.1.1 CONGRESSO DA ANGE

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou da mesa de abertura do XXXIII Congresso da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), evento realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no dia 3 de outubro.

Ao lado do presidente do Cofecon, participaram da mesa de abertura do evento o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais da PUC-SP; o Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva, presidente da ANGE; o representante do Conselho Regional de Economia da Bahia, Oswaldo Guerra; o Presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (Sindecon-SP), Pedro Afonso Gomes; o Presidente da Federação Nacional dos Estudantes de Economia, Marco Antônio da Silva e Silva; e o representante da Sociedade Brasileira de Economia Política, Paulo Nakatani.

O Presidente do Cofecon destacou que há uma solicitação dos Conselhos Regionais de Economia de que se discuta na academia e que seja feito um trabalho com os coordenadores de curso de Ciências Econômicas para verificar a possibilidade de inclusão na grade de algumas disciplinas de matérias referentes a áreas de trabalho que têm demandado a atuação de economistas, tais como Perícia e Mediação e Arbitragem. Wellington Leonardo também abordou o cenário eleitoral e a conjuntura econômica a partir do pleito de 2018.

6.2 SEMINÁRIOS, PALESTRAS E DEBATES

6.2.1 FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou da 60ª reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, o Conselhão, realizada no dia 22 de março, em Brasília. O evento ocorreu na sede do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci). Wellington Leonardo esteve na mesa diretora do fórum, ao lado do presidente do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Jorge Steinhilber, do presidente do Cofeci, João Teodoro da Silva, e do coordenador do Fórum, José Augusto Viana Neto.

A pauta da reunião contemplou os seguintes assuntos: a obrigatoriedade da inscrição de docentes nos conselhos de fiscalização profissional; a padronização de boletos de cobrança emitidos pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban); o Decreto nº 9262/2018, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica; decisões sobre diárias pagas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); e as matérias PLC 145/2017 e PLS 5179/2016 que desmembram do CONFEA os técnicos industriais e agrícolas e cria os Conselhos Federal e Regionais dessas atividades profissionais.

Tendo como mote a discussão sobre o registro de professores universitários nos conselhos de fiscalização profissional, os membros do Fórum citaram o artigo 69 do Decreto nº 5773/2006 que determina que o exercício da atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional. O Presidente do Cofecon argumentou que o número de profissionais registrados tem diminuído porque os alunos não são incentivados a se inscreverem.

O Presidente participou da 61ª Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, o Conselhão, realizada no dia 26 de abril, na sede do COFECI, em Brasília. O destaque da pauta foi o Projeto de Lei nº 9818/2018 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 901/2018, ambos de autoria do deputado federal Ricardo Izar (PP/SP), que buscam suprimir competências legais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) em dispor sobre a profissão de arquiteto e urbanista, bem como sustar atos expedidos pela Autarquia. Os representantes do CAU/BR e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) discutiram sobre as matérias e levaram todos os presentes à reflexão sobre o futuro dos conselhos e a necessidade do diálogo entre os dirigentes. Outro ponto de pauta foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, que envolve o regime jurídico de contratação dos funcionários dos conselhos de fiscalização profissional, se pelo regime celetista ou estatutário, e suas consequências práticas.

Wellington Leonardo também participou da 64ª Reunião do Conselhão, em 26 de julho, novamente na sede do COFECI. O evento reuniu representantes de cerca de 15 entidades. O Projeto de Lei nº 513/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas, foi tratado na reunião. O Presidente do Cofecon argumentou que a Autarquia é contrária, até o momento, à aplicação do exame aos economistas brasileiros. Os participantes do Fórum decidiram pleitear a alteração do termo "obri-

Relatorio.indd 30 09/04/2019 14:30:36

gatório" por "permitido" e que os membros do Conselhão vão participar de reunião com o Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para sugerir relator da matéria e também tratar do Projeto de Lei nº 6253/2013, que dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional. Outra questão importante tratada durante a reunião foi a Portaria TCU nº 122/20 de abril de 2018, que trata da implantação do e-TCE.

6.2.2 PALESTRA NA UFRJ

O presidente do Conselho Federal de Economia, ministrou palestra na tarde do dia 28 de março na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada em Seropédica (RJ). Na ocasião, conversou com alunos do curso de Ciências Econômicas sobre "O que é ser economista e qual o seu mercado de trabalho".

6.2.3 ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

O presidente do Cofecon participou da abertura do XXIII Encontro Nacional de Economia Política, realizada no dia 13 de junho na Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ. O tema do evento foi "Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída". O encontro é promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

A programação do evento contou com minicursos com grupos de trabalho sobre diversos temas, como História do Pensamento Econômico Brasileiro, Pensamento Marxista, Economia e Território, Economia Política da Amazônia, Economia Política da Macroeconomia, entre outros. Um dos destaques foi o painel especial com homenagem a Theotonio dos Santos, com a participação de Orlando Caputo (Chile-GT CLACSO), Monica Bruckmann (UFRJ), Nildo Ouriques (UFSC), e coordenação de Carla Cecilia Campos Ferreira (UFRJ).

6.2.4 ENCONTRO ANUAL DE ECONOMISTAS DA UNOCHAPECÓ

Cerca de 100 pessoas, entre professores, estudantes e egressos do curso de Ciências Econômicas da Unochapecó, participaram no dia 20 de junho do 1º Econo+, o Encontro Anual de Economistas da Unochapecó. O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou do evento e, na ocasião, falou sobre a necessidade de atualizar a lei que regulamenta a profissão dos economistas. A alteração está prevista no Projeto de Lei nº 658/2007, em tramitação no Senado Federal.

O 1º Econo+ buscou discutir e abordar temas relevantes, além de proporcionar um espaço de networking entre profissionais do mercado e acadêmicos. Na ocasião, foi lançado oficialmente o EconoClube, Clube do Egresso do curso de Ciências Econômicas da Unochapecó.

6.2.5 IV SEMANA ACADÊMICA DA UNIOESTE

O presidente do COFECON participou como palestrante da IV Semana Acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão. O economista esteve na mesa de debates sobre conjuntura econômica nacional, realizada no dia 6 de agosto.

O evento reuniu profissionais e estudantes de Ciências Econômicas da região. Segundo a organização do evento, a iniciativa de convidar o Presidente do Cofecon partiu dos alunos da UNIOESTE, "em função do discurso de posse ao assumir a presidência da entidade e também de entrevistas e reportagens que eles acompanharam na mídia", informou o convite.

6.2.6 XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA

O Presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, participou do XI Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, realizado de 15 a 17 de agosto na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. O economista participou da mesa sobre conjuntura econômica no dia 16 de agosto. O evento teve como tema "Desafios para a Economia Brasileira: uma perspectiva keynesiana".

Também estiveram na mesa, ao lado do Presidente do Cofecon, os Economistas Nelson Marconi (Fundação Getúlio Vargas) e Júlio Sergio Gomes de Almeida (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Regional e da Universidade de Campinas), como palestrantes. O debate foi coordenado pelo Economista Frederico Jayme Júnior, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Em sua apresentação, o Presidente do Cofecon destacou quais seriam as condições necessárias para o Brasil se tornar um país desenvolvido e uma potência econômica.

6.2.7 PALESTRA NA CÂMARA BRASIL-ALEMANHA

O Presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva, ministrou palestra na Reunião de Diretoria da Câmara Brasil-Alemanha, um encontro fechado onde estão presentes cerca de 60 CEOs/presidentes das grandes e médias empresas alemãs no Brasil. O evento ocorreu no dia 23 de agosto, na cidade de São Paulo, e o presidente falou sobre "Situação política e econômica do Brasil". A Câmara Brasil-Alemanha é presidida por Wolfram Anders, da empresa Robert Bosch Ltda.

Relatorio.indd 31 09/04/2019 14:30:36

7. NOTAS OFICIAIS

7.1 EM 2018, RETOMAR O CRESCIMENTO COM INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL: O BRASIL NÃO É O MERCADO FINANCEIRO

O Conselho Federal de Economia tem se posicionado e defendido a retomada do crescimento econômico, condição essencial para a redução da taxa de desemprego e para a elevação da renda nacional. Mas não a qualquer custo, e sim propiciando a inclusão e a proteção social e promovendo a melhor distribuição da renda e da riqueza. Ocorre que a retomada do crescimento em curso vem acompanhada de uma persistente piora dos indicadores sociais. Os empregos que estão sendo gerados, por exemplo, são essencialmente informais ou precários.

Dessa forma, devemos avaliar se as propostas de reformas em curso concorrem para a retomada do crescimento nos termos desejáveis, ou têm sido pautadas apenas pelas demandas do mercado financeiro. É o caso da Reforma Tributária, que não pode focar apenas na simplificação tributária, como quer o mercado, que é desejável, mas insuficiente. Ela deve efetivamente mudar nosso modelo tributário regressivo, que tem sido historicamente o principal instrumento de concentração da renda e da riqueza no país.

No 22º Congresso Brasileiro de Economia (CBE), realizado em setembro de 2017 em Belo Horizonte (MG), com a participação de mais de 1.200 economistas e acadêmicos de todo o país, o documento final do evento frisava que "Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses ao conjunto da sociedade brasileira. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios e receios do mercado".

O que se assiste no cenário brasileiro é a constatação de uma enorme pressão do "mercado", especialmente o financeiro, sobre a arena política e institucional em suas diversas esferas. Os últimos acontecimentos no cenário político e judiciário evidenciaram a grande influência que o mercado financeiro tem nas decisões políticas, econômicas e institucionais.

Ora, o Brasil não se restringe ao mercado. Não pode o interesse econômico de investidores e especuladores substituir a vontade de 208 milhões de brasileiros, por qualquer que seja. Ao mercado financeiro interessa a politização da justiça, a judicialização da política ou, mais ainda, a criminalização da política, para que ele reine soberano, e assim, imponha sua agenda de reformas: previdenciária, tributária, fim da Lei do Salário Mínimo etc.

Após recente decisão proferida pela justiça federal de Porto Alegre, as manchetes evidenciaram que a sentença contemplara o desejo do mercado financeiro. É importante frisar que não só o julgamento em questão mas vários atos do Poder Judiciário têm recebido críticas e ressalvas de diversos juristas respeitados e consagrados. O Poder Judiciário não pode ser visto como algo imaculado, isento a equívocos e desvios.

É sintomático que a condenação veio no momento em que o governo federal fixou o novo Salário Mínimo em R$ 954,00, reajuste de 1,81% (míseros R$ 17,00) que sequer repõe o INPC (2,06%). Trata-se do menor reajuste do SM em 78 anos, desde sua instituição em 1940. De outro lado, os 43 bilionários brasileiros possuem, segundo a Forbes, fortuna estimada em R$ 549 bilhões, com aumento de R$ 65 bilhões em relação a 2016, ou R$ 1,5 bilhão a mais cada um, em média.

O que se requer nesse momento tão grave da vida nacional é a prevalência dos interesses da população num processo democrático e isento de pressões e constrangimentos do capital financeiro e especulativo.

Conselho Federal de Economia
(27 de janeiro de 2018)

7.2 COFECON LAMENTA ASSASSINATO DA VEREADORA MARIELLE FRANCO E EXIGE APURAÇÃO DOS FATOS

O Conselho Federal de Economia manifesta profundo pesar diante do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista que a acompanhava na noite de quarta-feira, 14 de março, no Rio de Janeiro. O Cofecon exige a imediata e rigorosa apuração dos fatos relacionados ao crime e se solidariza com familiares, amigos e seus companheiros de luta nesse momento de dor e indignação.

Negra, feminista, nascida e criada na favela da Maré, Marielle Franco era socióloga e foi a quinta vereadora mais votada em 2016. Militante dos direitos humanos e da igualdade social, lutava por questões relacionadas à defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias. Foi nomeada relatora da comissão que vai acompanhar a intervenção militar e denunciava a violência policial nas comunidades cariocas. Combativa e brilhante em suas exposições, Marielle deixa um legado de luta em favor das causas que defendia. Um dia antes do crime, publicou em suas redes sociais: "Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?"

Marielle Franco esteve presente à solenidade de posse do presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da

Relatorio.indd 32 09/04/2019 14:30:36

Silva, de quem era amiga. Na ocasião, a vereadora propôs que os economistas se dedicassem a pensar no impacto de decisões econômicas na vida das pessoas, suas urgências e necessidades, focando nos segmentos mais vulneráveis. "Precisamos pensar no processo político e econômico que viveremos em 2018, mas que seja uma visão além do mercado. Gostaria que esse debate pudesse fazer parte das considerações dos conselheiros do Cofecon, para que homens e mulheres possam viver melhores dias, não só em relação à moeda, mas também à vida, com novas oportunidades, acesso a mobilidade urbana, e a possibilidade de redução de desigualdades dos mais variados tipos. A desigualdade tem vida, tem cor, origem, raça e seus atingidos precisam ter perspectiva de futuro", observou.

Presidência do Conselho Federal de Economia
(15 de março de 2018)

7.3 QUESTÃO FISCAL E FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O problema fiscal brasileiro deve ser abordado no âmbito das políticas macroeconômicas, assim como seu papel para o desenvolvimento econômico e social. Deve também contemplar a discussão sobre o custo de financiamento da dívida pública, que no Brasil atinge a média de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ao ano, o equivalente a R$ 363 bilhões, em 2018. Destaque-se adicionalmente que a recessão de 2015 e 2016, e o baixo crescimento de 2017 afetaram negativamente a arrecadação tributária, comprometendo as metas fiscais.

Ademais, nosso modelo tributário regressivo, incidindo fortemente sobre o consumo e produção – e não sobre a renda e a riqueza- além de contribuir para uma maior concentração de renda, sobrecarrega o chamado "custo Brasil".

É crucial buscar a desindexação da economia, inclusive da dívida pública. O Brasil é o único país que remunera parcela expressiva da sua dívida a taxas de juros reais altíssimas, independentemente do prazo de vencimento, oferecendo pelos seus títulos, ao mesmo tempo, liquidez, segurança e rentabilidade, na contramão de outros países, que estimulam o financiamento de longo prazo. Este quadro cria um constrangimento para os gastos públicos, tornando mais difícil a execução dos investimentos, assim como a manutenção da qualidade dos programas sociais.

Da mesma forma, é fundamental manter e aperfeiçoar a atuação dos bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como impulsionadores do financiamento dos investimentos para a infraestrutura e outros setores, tendo em vista a inexistência de instrumentos de financiamento de longo prazo no mercado financeiro privado a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos.

Conselho Federal de Economia
(23 de março de 2018)

7.4 CARTA ABERTA DO COFECON AOS BRASILEIROS

O Conselho Federal de Economia vem se pronunciar sobre a grave situação de estado de exceção no Brasil, com apoio de setores como financeiro, rentistas, parte do empresariado, do judiciário e das forças armadas. O quadro em curso visa atender além de seus próprios interesses, aos de alguns países estrangeiros que almejam tomar conta das riquezas nacionais, a exemplo do pré-sal, da Embraer, da Eletrobras e, consequentemente, da parte da matriz energética derivada das hidrelétricas, dos rios, da base de Alcântara, da Amazônia, do Aquífero Guarani e de muitas outras.

Os últimos lances do desastre foram as manobras levadas a cabo pelo Poder Judiciário, em apoio ao golpe, tal como fizeram quando da deposição do então Presidente da República João Goulart e ao entregar Olga Benário à sanha assassina dos nazistas de Hitler. Esta última, uma cidadã como qualquer um de nós. Certamente estas ações não foram dignas da missão institucional de defesa da democracia e da Constituição brasileiras.

Na véspera, vivandeiras das casernas se pronunciaram em redes sociais da internet, ameaçando enterrar de vez as nossas já combalidas instituições democráticas. Ainda bem que o Comandante da Aeronáutica veio a publico com discurso mais democrático e amparado em artigos da Constituição Brasileira que regulam o papel das Forças Armadas.

É importante sublinhar que o pano de fundo dessas diatribes é composto pelo congelamento dos investimentos públicos em educação, saúde e infraestrutura, dentre outros, por vinte anos; o aviltamento do valor do salário mínimo; a reforma trabalhista; e os assassinatos da Vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, condutor do veículo em que ela estava, ambos do Rio de Janeiro, e de milhares de jovens negros e negras, brancos e brancas, todos pobres, jogados nesta condição pelos autores do golpe acima nominados.

Como retomar o desenvolvimento econômico, com inclusão social, em meio a tanta insegurança jurídica e instabilidade institucional? Para agravar conjuntura já tão adversa, o comportamento casuístico de nosso Poder Judiciário, ao atingir seu auge neste momento, compromete ainda mais a credibilidade do País no exterior,

Relatorio.indd 33 09/04/2019 14:30:36

inviabilizando investimentos e financiamentos externos que nos seriam favoráveis.

Diante deste cenário, urge que os brasileiros e brasileiras se insurjam contra os setores cujos interesses são eliminar os parcos benefícios sociais conquistados e entregar as riquezas capazes de garantir o desenvolvimento do Brasil e promover bem-estar para seu povo, ainda que para isto seja necessário lançar o País, irresponsavelmente, em uma divisão temperada pelos ódios, a qual sabemos como começa, mas não como terminará.

Conselho Federal de Economia
(06 de abril de 2018)

7.5 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO E A SITUAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL

O Conselho Federal de Economia, entidade representativa dos 250 mil economistas brasileiros, vê com enorme preocupação o atual momento vivido por nosso País, que gera uma visão distorcida em relação ao papel que o Estado deve cumprir na promoção do desenvolvimento e no enfrentamento da crise.

A conjuntura atual nos revela que, no cenário econômico, as perspectivas da retomada do crescimento baseada no resgate da "confiança" não se viabilizou. Os dados sobre o desempenho do PIB, investimentos e emprego são preocupantes.

As consequências para o mercado de trabalho são aterradoras. Os dados mais recentes da PNAD/IBGE (março de 2018) revelam que o desemprego voltou a crescer, atingindo 13,7 milhões de pessoas, ou 13,1% da PEA. A situação é ainda mais grave quando se considera o chamado desemprego ampliado – a taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui desempregados por desalento e ocupados que cumprem jornada de trabalho aquém da que gostariam de cumprir – que alcançou nada menos que 27,7 milhões de brasileiros no 1º trimestre de 2018.

Trata-se de 11,7 milhões de pessoas a mais do que havia no 1º trimestre de 2014 e 7 milhões de pessoas a mais em relação ao contingente existente no 1º trimestre de 2016, quando Temer assumiu o governo. Deve-se registrar, como agravante, o aumento da informalidade e da precarização nas relações de trabalho, fruto da crise econômica e da reforma trabalhista aprovada no final de 2017. Dados da PNAD/IBGE revela que o contingente de extremamente pobres no Brasil ampliou-se em 2,1 milhões no biênio 2016/17, sendo que 1,5 milhão no Nordeste.

Embora o crescimento da miséria, do desemprego e da precarização do trabalho – com o risco iminente de convulsão social – sejam os mais graves problemas sociais, esses não se limitam àqueles. A persistência do desequilíbrio fiscal levou o governo a promover sucessivos cortes em programas sociais. Ademais, aprovou a EC 95, "congelando" os gastos sociais por 20 anos.

De outro lado, o governo implementa ações que enfraquecem a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento, como a forte redução nos recursos do PAC, afetando os já parcos investimentos em infraestrutura; pratica um extenso programa de privatizações, envolvendo setores da Petrobrás (campos do Pré-Sal, malha de gasodutos e 4 refinarias), Eletrobrás, Infraero; assinala a venda dos bancos oficiais e reduz a atuação do BNDES como fonte essencial de crédito ao setor produtivo.

O caos gerado no abastecimento de derivados de petróleo, motivado pela greve dos caminhoneiros que protestam contra a forte elevação nos preços dos combustíveis é mais um sintoma das consequências de um Estado que se guia basicamente por regras de mercado e se exime de suas responsabilidades com a promoção do desenvolvimento.

Em suma, as ações do governo caminham no sentido da fragilização do Estado, neutralizando os instrumentos e mecanismos que poderiam induzir o desenvolvimento econômico. O Estado deve ter um papel decisivo para o desenvolvimento, assim afirma a história do nosso país e das nações que ascenderam à condição de desenvolvidas. Dessa forma, deve-se fortalecer o sistema tributário, combatendo a sonegação e a elisão fiscal; tributar efetivamente a renda e a riqueza, desonerando a produção e o consumo; direcionar o orçamento público para o atendimento das demandas sociais e investimentos em infraestrutura; fortalecer as empresas públicas em setores estratégicos como petróleo e energia; e fortalecer o sistema público de crédito.

A não retomada do crescimento econômico e o agravamento da situação social têm sido impulsionadores da crise político-institucional. O descrédito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atingiu níveis sem precedentes em nossa história republicana. Há uma absoluta imprevisibilidade em relação às eleições para a presidência da República, que hoje tem nada menos que 21 pré-candidatos, sendo que o que lidera por larga margem todas as pesquisas de intenção de voto, tanto no 1º quanto no 2º turno, encontra-se impedido, baseado num processo com vários procedimentos questionáveis.

A politização do Judiciário tem como consequência a acentuação da polarização na sociedade brasileira e a intensificação do sentimento de intolerância. É conhecida a rejeição de grande parte de setores empresariais e da grande mídia a algumas candidaturas. O que não é admissível é que o mercado, a grande mídia e o Poder Judiciário, busquem tutelar a vontade popular.

Conselho Federal de Economia
(26 de maio de 2018)

Relatorio.indd 34 09/04/2019 14:30:37

7.6 NOTA DO COFECON SOBRE A GREVE DOS CAMINHONEIROS

A situação em que se encontra a sociedade brasileira, diante da greve dos caminhoneiros, tem suas raízes em um contexto mais amplo, como resultado de uma equivocada política de preços e de produção dos derivados do petróleo praticada pela Petrobras e de valorizações do dólar.

A diminuição da capacidade de refino, da ordem de 24%, segundo dados da Petrobras, quando no passado tínhamos condições de atender à demanda interna de combustíveis em cerca de 90%, enrijeceu a política de preços da Petrobras. A empresa está subutilizando a capacidade de refino de quatro refinarias que fazem parte do plano de desinvestimento da empresa, como estratégia de proporcionar um mercado para os importadores e potenciais compradores. Isso gera uma dependência de importações de derivados do petróleo, transmitindo a volatilidade do câmbio aos seus preços.

Sobre a conjuntura internacional, o governo brasileiro não tem nenhum poder de interferência. O mesmo não podemos afirmar sobre uma política dos derivados do petróleo. Caso a Petrobras utilizasse sua atual capacidade total de refino, da ordem de 2,35 milhões de barris/dia, poderia atender praticamente toda a demanda estimada em 2,4 milhões barris/dia.

Em um primeiro momento, o governo tomou a decisão de não interferir na política de preços praticada pela Petrobras, no sentido de acompanhar a variação do valor do petróleo no mercado internacional, decisão equivocada, quando se sabe que a oferta de óleo e derivados pode suprir integralmente a demanda interna e nem todos os custos da Petrobras são dolarizados. Os reflexos dessa decisão foram nefastos para os caminhoneiros, como também para as empresas distribuidoras de gasolina e diesel e, em última instância, para os consumidores. A solução dessa situação não passa simplesmente pela eliminação de impostos.

Deve sempre ser lembrado que a Petrobras é uma empresa estratégica e suas atividades têm impacto em vários setores da economia.

O Cofecon reconhece os direitos dos caminhoneiros na defesa dos seus interesses, desde que não associados a atividades criminosas de lock out e dentro dos limites que não causem exagerados transtornos à população. O Cofecon se posiciona a favor de uma revisão, por parte do governo, da sua política de preços dos derivados do petróleo e a adoção de ações voltadas para o fortalecimento e retomada plena das atividades estratégicas executadas pela Petrobras, restituindo a normalidade nos setores de transportes e abastecimento da economia brasileira.

Conselho Federal de Economia
(26 de maio de 2018)

Greve dos caminhoneiros provocou desabastecimento nos postos de combustíveis e afetou vários setores da economia

Relatorio.indd 35 09/04/2019 14:30:39

7.7 TAXA BÁSICA DE JUROS - CONDIÇÕES PARA MANTÊ-LA EM NÍVEIS ADEQUADOS

A manutenção das taxas básicas de juros, oscilando em torno dos níveis em que se encontram nos últimos doze meses, mesmo com a economia mais aquecida, é o mais importante desafio para o Banco Central. O Brasil vinha mantendo por décadas, até meados de 2017, taxas de juros entre as mais elevadas do mundo. Quanto mais altas essas taxas sobre os títulos do governo, enquanto avaliados como sem risco significativo, maiores são os seguintes efeitos perniciosos:

(i) Os projetos de investimento no setor produtivo terão menores expectativas de retorno do que os títulos do governo, não compensando serem executados;

(ii) Maiores serão as despesas do governo com pagamento de juros, comprometendo a disponibilidade de recursos para investimentos públicos em infraestrutura, que aumentam o retorno de muitos investimentos privados no setor produtivo;

(iii) Maiores serão os retornos dos que possuem capital, financeiro ou produtivo, em detrimento dos que possuem apenas trabalho;

(iv) Menores as disponibilidades de recursos para gastos sociais, como em saúde, educação e habitação.

Os dois primeiros efeitos inviabilizam um processo de crescimento econômico elevado e sustentável. Os dois últimos concentram ainda mais a renda em um país já extremamente desigual. Nada indica que situação tão desfavorável tenha sido determinada por dificuldades fiscais, seja em termos de deficit ou de dívida, pois é difícil acreditar que o País estivesse apresentando avaliações de risco tão altas de seus títulos públicos a ponto de precisar manter, quase sempre, no período de, ao menos, vinte e cinco anos, a primeira ou segunda mais elevada taxa real de juros do mundo. Além disso, nos poucos períodos em que tivemos taxas reais de juros menos elevadas, inclusive nos últimos doze meses, não se observou fuga de capitais ou qualquer dificuldade de rolagem dos títulos públicos. O que esses fatos indicam é que o governo vem pagando taxas de juros superiores ao mínimo que o mercado exigiria para continuar a financiar a sua dívida.

Restaria, como razão para nossas altas taxas de juros, serem elas as necessárias para compatibilizar a demanda agregada à capacidade produtiva da economia e manter uma âncora para os preços, ainda que flexível, a fim de evitar pressões inflacionárias. Porém, por que tão mais altas que na grande maioria dos países? Alguns argumentam que seria para compensar a prática de taxas favorecidas, nas operações de crédito direcionado – BNDES –, habitacional e agrícola. No mesmo sentido, argumenta-se que a indexação na economia brasileira, tanto a formal quanto a informal, é muito mais forte que em qualquer outro país, intensificando os chamados efeitos de segunda ordem dos choques inflacionários, a inércia inflacionária, que só seria controlada satisfatoriamente com um desaquecimento adicional da demanda e consequente perda de empregos.

O argumento de que esses níveis de taxas de juros são uma forma de controlar nosso peculiar processo inflacionário é plausível. Tanto que, após mais de dois anos de intensa recessão, o Banco Central sentiu-se seguro para praticar níveis mais civilizados. E quando a economia voltar a se aquecer? Continuaremos reféns de um esquema que trava o crescimento da economia e concentra ainda mais a renda? A compatibilização da demanda agregada obtida por meio da contenção do crédito pode ser gerada com taxas de juros menores, se são adotadas medidas adicionais de política monetária – alterações nos limites do Índice de Basileia e nas alíquotas de recolhimento compulsório, limitação das prestações das operações de crédito. Tal contenção no crédito não teria efeitos expressivos sobre os investimentos no setor produtivo, uma vez que, atualmente, a participação das operações de crédito interno no financiamento da FBCF está na ordem de apenas 10% – desembolsos do BNDES e Habitacional.

Manter a taxa básica de juros em níveis adequados, evitando um esquema de política monetária tão desfavorável para a grande maioria, favoreceria a redução do desemprego, a valorização dos salários e a possibilidade de aumento dos gastos sociais (saúde, educação, habitação).

Conselho Federal de Economia
(28 de julho de 2018)

7.8 CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA E AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Os delegados do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), reunidos no XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Porto Velho (RO), de 19 a 21 de setembro de 2018, aprovaram esta carta aberta, dirigida à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Inicialmente, pontuamos que, como todos os que acreditam no desenvolvimento do Brasil, queremos que o país retome o caminho do crescimento. Contudo, defendemos que nem tudo é aceitável, como concentrar ainda mais a renda e a riqueza, reduzir direitos trabalhistas, degradar o meio

Relatorio.indd 36 09/04/2019 14:30:39

ambiente, atentando-se para a necessária celeridade nos devidos licenciamentos ambientais.

O ajuste fiscal e as reformas são os temas econômicos que têm predominado na grande mídia, com soluções de aparente consenso, porém não têm colaborado com a reversão do quadro, em particular a retomada dos investimentos produtivos, fundamentais para assegurar taxas de crescimento mais altas no futuro. A retomada do crescimento dependerá de políticas públicas ativas, inclusive com a utilização da política cambial. A necessidade de sustentabilidade fiscal é, de fato, consenso entre os economistas, mas não por meio da Emenda do Teto de Gastos e metas de resultado primário da Lei de Responsabilidade Fiscal, devido a seus resultados pró-cíclicos e concentradores de renda. A partir da crise econômica mundial de 2008, iniciou-se um debate internacional, com o apoio até do FMI1, sobre a adoção de regras fiscais mais flexíveis, no curto prazo, que permitissem que os fluxos de receita e despesa fossem usados em políticas anticíclicas. Número crescente de países tem aderido às chamadas "cláusulas de escape", mantendo limites, de médio e longo prazos, para a dívida ou os gastos.

Ampla reforma tributária, que inverta a regressividade de nossos tributos, aumentando impostos sobre renda e riqueza e reduzindo aqueles sobre o consumo, precisa ser encaminhada. Em particular, impostos sobre dividendos e CPMF alcançam mais os mais ricos e têm grande potencial arrecadatório. Do lado dos gastos, o combate aos privilégios de castas do serviço público, concentradas no judiciário, ministério público e legislativo, pode trazer resultados significativos em termos de desconcentração de renda e eficiência fiscal.

Reforma política estabelecendo regras de financiamento de campanhas eleitorais que não gerem compromissos com interesses privados nem disponibilidade de recursos de origem não identificada, reduziria substancialmente os casos de corrupção como os que têm sido objeto de investigação pela Operação Lava Jato.

A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita, por precarizarem as relações laborais e contribuírem para concentrar mais a renda e a riqueza, precisam ser revogadas. A despeito dos argumentos que as defendiam, em curto espaço de tempo constatou-se que essas inovações, como o vínculo intermitente, degradaram ainda mais as condições do trabalhador, com reflexos desfavoráveis à atividade econômica. Soma-se a isso o expressivo aumento do desemprego e da subutilização da força de trabalho.

A população está envelhecendo, o que coloca em pauta a determinação de financiamento sustentável para os benefícios previdenciários. Todavia, equilíbrio atuarial apenas com recursos dos empregadores e empregados, embora indicado para vários dos regimes próprios de previdência social e para a previdência complementar, não deve ser aplicado ao regime geral de previdência social (RGPS). Ao postergar a concessão de benefícios previdenciários no RGPS, onde a grande maioria tem baixas remunerações, sem compensar com transferências aos de também baixa remuneração, causaria elevações das desigualdades, que já persistem, no país, em níveis inaceitáveis. O princípio constitucional, de regime tripartite, em que o governo participa desse financiamento à previdência social, precisa ser observado.

Essas reformas e "contra reformas", mesmo quando necessárias para ajustar as instituições de modo favorável ao crescimento econômico inclusivo, rápido e sustentado, não são suficientes para assegurá-lo. A visão, repetida de forma alienante, de que tudo que é feito pelo setor público é ineficiente e corrompido, precisa ser desconstruída. Sem políticas adequadas, continuaremos a alcançar, no máximo, periódicos "voos de galinha". Falhas do Estado vão existir, ao lado das falhas do mercado, mas ambas precisam ser controladas no difícil caminho de elevar a qualidade de vida de todos

Precisamos de empresas, em setores estratégicos, controladas pelo governo. A Petrobrás seria um caso eloquente, para assegurar montante de renda, gerado pelo pré-sal, suficiente para financiar uma revolução em gastos sociais, potencializadores de capital humano, e em infraestrutura, que viabilizariam investimentos privados para garantir o tão desejado crescimento rápido e prolongado. Mesmo enquanto essa renda do pré-sal não está disponível, é indispensável que as desigualdades sejam mitigadas com gastos sociais e os investimentos sejam incentivados com melhorias na infraestrutura, inclusive por meio de concessões.

Bancos públicos, que em momentos críticos têm sustentado o crédito, como no caso da crise financeira internacional de 2008, também são fonte permanente de crédito de longo prazo, em especial o BNDES. Além disso, esses bancos são instrumentos de grande potencial, ainda pouco explorado, para induzir a redução do spread bancário e precisam ser preservados. Para aumentar a disponibilização de crédito de longo prazo e reduzir o spread bancário, ainda é fundamental a ampliação da concorrência no sistema financeiro.

Taxa básica de juros, por décadas tem contribuído para concentrar renda e travar o crescimento econômico. É essencial reduzi-la a níveis internacionais. Para tanto, o governo precisa intensificar o uso de instrumentos adicionais de política econômica, que auxiliem a taxa básica de juros na determinação de níveis adequados de operações de crédito – alterações nos limites do Índice de Basileia e nas alíquotas de recolhimento compulsório, limitação das prestações das operações de crédito.

Também é essencial incentivar setores de alta produtividade, que disseminam ocupações de alta remuneração, adensando cadeias produtivas internas e participando das cadeias globais em segmentos de alto valor agregado. Para tanto, o Brasil precisa se integrar, de modo estratégico, ao novo consenso sobre política industrial, identificado nas políticas públicas atualmente mais bem sucedidas, em diversos países, em que inovação e modernização tecnológica constituem o objetivo central, sem abandonar o suporte de incentivos fiscais e creditícios. Nesse sentido, o governo americano consignou US$2,4 bilhões, no orçamento de 2016, para o financiamento de atividades de P&DI na indústria de transformação avançada, permanecendo com os tradicionais gastos militares

Relatorio.indd 37 09/04/2019 14:30:39

com P&DI, grande parte aproveitável pela indústria civil. A China vem adotando programas de ciência e tecnologia com enfoques setoriais, utilizando subsídios, financiamento de capital próprio e incentivo fiscal, com ênfase no estímulo à utilização de tecnologias digitais.2

As desigualdades regionais de qualidade de vida continuam evidenciando uma herança escravocrata, para cuja superação pouco se fez nas regiões menos desenvolvidas. Assim, as políticas de desenvolvimento, como os investimentos em infraestrutura, em capital humano e em pesquisa, desenvolvimento e inovação, precisam ser ainda mais intensificadas no Norte e no Nordeste.

1# SCHAECHTER, A.; KINDA, T.; BUDINA, N.; WEBER, A. Fiscal rules in response to the crisis: toward the "next generation" rules. IMF Working Paper, jul. 2012.
2# ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Science, Technology and Innovation Outlook 2016. Paris: OECD Publishing, 2016.

7.9 NOTA DO PRESIDENTE DO COFECON SOBRE AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE ELEITO REFERENTES AO IBGE

Em entrevista realizada no dia 6 de novembro, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, questionou a veracidade da metodologia empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cálculo da taxa oficial de desemprego, chegando a se pronunciar no sentido de sua alteração para formular uma "taxa de empregados" e não desempregados.

Essa declaração demonstra, como em outras ocasiões, seu desconhecimento acerca de questões vinculadas às áreas técnicas. Demonstra, também, confirmando sua natureza de desapreço pelas instituições públicas, que poderá intervir nessas instituições para que os resultados gerados sejam de seu agrado pessoal ou do interesse político dos que o apoiaram.

Não se pode considerar, a partir do momento de sua eleição, que se trata de discurso típico de campanha eleitoral. Apesar de muitos considerarem que a partir de 2019 a prática do exercício do cargo não confirmará suas declarações, é preciso que os brasileiros mais responsáveis fiquem atentos e reajam caso venham a ser mantidas declarações estapafúrdias.

As informações produzidas pelo IBGE são reconhecidas por sua qualidade e excelência até no exterior. Seu corpo técnico altamente qualificado é responsável pela elaboração de dados em que a autonomia técnica é fator fundamental para a credibilidade dos trabalhos e pesquisas elaborados.

Dessa forma, a instituição deve ser dotada de total autonomia, sem qualquer influência ou submissão a interesses de governos ou do "mercado", como forma de garantir sua imparcialidade e a confiabilidade dos dados que produz

Preocupado com a possibilidade de interferências impróprias nas atividades do IBGE, que podem impactar em várias delas, em especial na elaboração de políticas macroeconômicas, e em defesa da autonomia técnica do órgão, desde já manifesto repúdio às declarações do presidente eleito.

Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Conselho Federal de Economia
(7 de novembro de 2018)

7.10 PRESIDENTE DO COFECON REPUDIA AFIRMAÇÃO DE JAIR BOLSONARO DE QUE "QUEM FERROU O BRASIL FORAM OS ECONOMISTAS"

Ao tomar conhecimento da afirmação feita à Folha de São Paulo por Jair Bolsonaro de que "Quem ferrou o Brasil foram os economistas", venho repudiar veementemente sua assertiva.

Mesmo não estranhando que o autor tenha proferido a frase, tendo em vista que ele mesmo já afirmou não ter conhecimento da Ciência Econômica, devo, por dever de ofício, informar que os insucessos das políticas econômicas que os banqueiros, rentistas e conservadores tentam implantar no País devem ser creditados ao modelo econômico equivocado, escolhido por eles em benefício próprio, e seguido pela maioria dos governantes, que em algumas ocasiões entregaram a gestão até a ex-gerentes de bancos.

Aliás, tal qual o presidente eleito faz agora, com sua equipe de "Chicago boys" retrô, chefiada por Paulo Guedes, cuja matriz teórica não é mais defendida nem por aqueles que foram seus mestres.

A situação pela qual o Brasil passa não se deve à falta de capacidade teórica ou de sólidos conhecimentos técnicos por parte dos Economistas brasileiros, mas sim às escolhas feitas por aqueles que se julgam elite, sem merecer a denominação.

Trata-se de mais uma postura lamentável de quem já teve tantas outras.

Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Conselho Federal de Economia
(20 de novembro de 2018)

Relatorio.indd 38 09/04/2019 14:30:39

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO – RJ
Endereço: Av. Rio Branco, 109 - 16º e 19º andares – Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP 20.040-906
Telefones: (21) 2103-0178 / Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: José Antônio Lutterbach Soares
Vice-Presidente: João Manoel G. Barbosa

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO – SP
Endereço: Rua Líbero Badaró, 425 - Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
São Paulo/SP CEP 01009-905
Telefones: (11) 3291-8700 / Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enríquez Garcia
Vice-Presidente: Luiz Barsi Filho

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO – PE
Endereço: Rua do Riachuelo, Ed. Círculo Católico, 105 sala 212 - Boa Vista
Recife/PE CEP 50050-400
Telefones: (81) 3222-0758 / Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Ana Cláudia Arruda Laprovitera
Vice-Presidente: José André de Lima Freitas da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO – RS
Endereço: Rua Siqueira Campos, 1184 - Conj 601-606 / 6º andar - Centro Histórico
Porto Alegre/RS CEP 90010-001
Telefones: (51) 3254-2600 / Fax: (51) 3254-2601
Presidente: Rogério Vianna Tolfo
Vice-Presidente: Bruno Breyer Caldas

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO – BA
Endereço: Rua Frederico Simões nº 98 Ed. Advanced Trade Center sala 505 - Caminho das Árvores - Pituba
Salvador/BA CEP 41820-774
Telefones: (71) 3341-1597 / Fax: (71) 3341-1597
Presidente: Reinaldo Dantas Sampaio
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO – PR
Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989, Mercês
Curitiba/PR CEP 80.810-120
Telefones: (41) 3336-0701 / Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Celso Bernardo
Vice-Presidente: Carlos Magno Andrioli Bittencourt

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO – SC
Endereço: Rua Trajano, 265 - 12º andar - Centro
Florianópolis/SC CEP 88.010-010
Telefones: (48) 3222-1979 / Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Alexandre Antônio Benedetto Flores
Vice-Presidente: Rafael Costa da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE
Endereço: Avenida Antônio Sales, 1317 - sala 102 - ED. Nordeste Center / Bairro Joaquim da Távora
Fortaleza/CE CEP 60.135-100
Telefones: (85) 3246-1551 / Fax: (85) 3246-0723
Presidente: Lauro Chaves Neto
Vice-Presidente: José Maria Porto Magalhães Sobrinho

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO – PA/AP
Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Belém/PA CEP 66.055-000
Telefones: (91) 3242-0207 / Fax: (91) 3223-1988
Presidente: Kleber Antonio da Costa Mourão
Vice-Presidente: Roberto Carlos Quintela de Alcântara

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO – MG
Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Belo Horizonte/MG CEP 30.130-141
Telefones: (31) 3261-5806 / Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente: Adriano Miglio Porto

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO – DF
Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 1 Bloco C, sala 301/306 Edifício Antônio Venâncio da Silva
Brasília/DF CEP 70395-900
Telefones: (61) 3226-7487
Presidente: Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Vice-Presidente: Eloy Corazza

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO – AL
Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Maceió/AL CEP 57.020-250
Telefones: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Cleydner Marques de Magalhães Maurício

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO – AM
Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Manaus/AM CEP 69.010-170
Telefones: (92) 3234-2421 / Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Francisco de Assis Mourão Júnior
Vice-Presidente: Nilson Tavares Pimentel

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO – MT
Endereço: Rua 04 - Quadra 11 - Lote 02 - Centro Político Administrativo
Cuiaba/MT CEP 78.049-922
Telefones: (65) 3644-1607
Presidente: Ricardo Augusto Moreira da Silva
Vice-Presidente: Ângela Ester Mallmann Centenaro

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO – MA
Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
São Luís/MA CEP 65.074-220
Telefones: (98) 3246-1784
Presidente: Frednan Bezerra dos Santos
Vice-Presidente: Heric Santos Hossoé

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO – SE
Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Aracaju/SE CEP: 49.015-320
Telefones: (79) 3214-1883
Presidente: Eduardo Alves Bastos
Vice-Presidente: Ana Geni Paes Freitas

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO – ES
Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42 - sl. 1903/1904 - Centro
Vitória/ES CEP 29.010-250
Telefones: (27) 3233-0618 / (27) 3029-0618
Presidente: Ricardo Silveira da Paixão
Vice-Presidente: Eduardo Reis Araújo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO – GO
Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Goiânia/GO CEP 74.083-330
Telefones: (62) 3218-3311 / Fax: (62) 3218-3311
Presidente: André Luís Braga Rodrigues dos Santos
Vice-Presidente: Marcelo Viana Van Der Broocke

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO – RN
Endereço: Rua Princesa Isabel, 815, Cidade Alta
Natal/RN CEP 59.025-400
Telefones: (84) 3201-1005 / Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Ricardo Valério Costa Menezes
Vice-Presidente: Sérgio Cunha de Aragão Mendes

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO – MS
Endereço: Rua 14 de Julho 371, Centro
Campo Grande/MS CEP 79.004-390
Telefones: (67) 3356-4796 / Fax: (67) 3382-0490
Presidente: Jorge Tadeu de Barros Veneza
Vice-Presidente: Thales de Souza Campos

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO – PB
Endereço: Av. Epitácio Pessoa, 2491, sala 04 (1º andar) Bairro dos Estados
João Pessoa/PB CEP 58030-002
Telefones: (83) 3241-1089 / Fax:(83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: João Bosco Ferraz de Oliveira

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO – PI
Endereço: Rua Felix Pacheco, 1680 - Centro
Teresina/PI CEP 64.001-160
Telefones: (86) 3221-7337 / Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Dorgilan Rodrigues da Cruz
Vice-Presidente: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO – AC
Endereço: Av Ceará, 3201 - 1º Piso, Alto da Convel Abraão Alab
Rio Branco/AC CEP 69.918-084
Telefones: (68) 2102-7268
Presidente: Alisson Matos Mourão
Vice-Presidente: Marcos Maurício Cordeiro Lopes

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO – RO
Endereço: Av. Calama, 2300, sala 13 - Galeria Garden - Bairro São João Bosco
Porto Velho/RO CEP 76803-768
Telefones: (69) 3224-1452/ Fax: (69) 3224-1452
Presidente: João Batista Almeida
Vice-Presidente: Francisco Regis Ximenes de Almeida

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO – TO
Endereço: Quadra 104 Sul (ACSE 01) Conjunto 04, Lote 12,Sala 106. C/ Avenida LO 01.
Palmas/TO CEP 77020-020
Telefones: (63) 3215-2886 / (63) 3215-8660
Presidente: Claudiney Henrique Leal da Cunha
Vice-Presidente: Maria do Socorro Erculano de Lima

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO – RR
Endereço: Avenida Major Williams, nº 2108, Bairro: São Francisco
Boa Vista/RR CEP 69.301-110
Telefones: (95) 3624-1517
Presidente: Cícero Ivo Moura Bezerra Jr.
Vice-Presidente: Fábio Rodrigues Martinez

COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

www.cofecon.gov.br

Relatorio.indd 40 09/04/2019 14:30:39